



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho apresentou Declaração do Tribunal Judicial de Vila Pouca de Aguiar, que se anexa à presente ata (**Anexo 1**), e que justifica a sua falta à reunião da Câmara Municipal do dia 06/03/2014.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 5, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 3 DE MARÇO DE 2014
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 6, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 6 E 7 DE MARÇO DE 2014
4. REQ. N. 358/14, DATADO DE 11/03/2014 – PC N.º 447/06, DATADO DE 11/07/2006 – HOTÉIS CRISTAL-EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.
5. REQ. N. 131/14, DATADO DE 28/01/2014 – PC N.º 465/13, DATADO DE 31/12/2013 – APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL

6. REQ. N. 192/14, DATADO DE 07/02/2014 – PC N.º 37/14, DATADO DE 07/02/2014 – FERNANDO CONCEIÇÃO DUARTE
7. REQ. N. 342/14, DATADO DE 10/03/2014 – PC N.º 452/13, DATADO DE 09/12/2013 – AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA
8. REQ. N. 306/14, DATADO DE 03/03/2014 – PC N.º 394/13, DATADO DE 24/10/2013 – AGOSTINHO PEREIRA
9. REQ. N. 1925/11, DATADO DE 20/09/2011 – PC N.º 112/08, DATADO DE 18/03/2008 – JOANA RITA FERREIRA DE OLIVEIRA
10. REQ. N. 310/14, DATADO DE 05/03/2014 – PC N.º 49/12 , DATADO DE 22/02/2012 – CELESTINO MIGUEL
11. REQ. N. 303/14, DATADO DE 03/03/2014 – PC N.º 38/10, DATADO DE 09/03/2010 – MOLDOESTE – INDÚSTRIA DE MOLDES, LDA
12. REQ. N. 197/14, DATADO DE 07/02/2014 – PC N.º 39/14, DATADO DE 07/02/2014 – ÂNGELO AUGUSTO MADEIRA GASPAR
13. REQ. N. 1856/13, DATADO DE 14/11/2013 – PC N.º 352/13, DATADO DE 25/09/2013 – MARIA FERNANDA DO CÉU AMARO e PATRICK GUY ADRIEN MALECOT
14. REQ. N. 343/13, DATADO DE 07/03/2013 – PC N.º 352/12, DATADO DE 22/11/2012 – MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES
15. REQ. N. 1936/11, DATADO DE 21/09/2011 – PC N.º 599/2011 , DATADO DE 21/09/2011 – REGINA MARIA GOMES CRAVEIRO
16. REQ. N. 2053/13, DATADO DE 13/12/2013 – PC N.º 491/2013, DATADO DE 13/12/2013 – DORA SOFIA DA CRUZ FRANCISCO
17. REQ. N. 280/14, DATADO DE 24/02/2014 – PC N.º 230/05, DATADO DE 28/03/2005 – MARIA ANTONIETA GOMES MAGALHÃES
18. REQ. N. 359/14, DATADO DE 12/03/2014 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/11/2011 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE
19. REQ. N. 382/14, DATADO DE 14/03/2014 – PC N.º 1115/02, DATADO DE 30/12/2002 – TROCA DE SONHOS, LDA.
20. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS DE 2013. MANDATO DISCRIMINADO.

21. **"CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA".**
APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS DO PROJETO E
TRABALHOS A MAIS. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.
22. **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**
23. **RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2014, NO**
ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI
DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
24. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO**
ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"IDENTIFICAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DE*
ESPÉCIES DA FAUNA E FLORA, COM INTERESSE PARA A BIODIVERSIDADE, E
PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS CIENTÍFICOS E DE IMAGEM, NA ÁREA DE
***IMPLEMENTAÇÃO DO PERCURSO PEDONAL, NA PRAIA DA VIEIRA*".**
25. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO**
ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE*
***GEOMÉDIA*", PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE**
MAIO DE 2014.
26. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO**
ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA
***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEITURA DE CONTADORES"*, PARA O PERÍODO**
DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE MAIO DE 2014.
27. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO**
ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA
"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NO CONCELHO DA MARINHA
***GRANDE"*, PARA O PERÍODO DE 18 MESES.**
28. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS**
URBANOS E DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO,
LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA
MARINHA GRANDE - 3.ª REVISÃO DE PREÇOS
29. **FUNDO FINÍCIA – PARECER DA CÂMARA SOBRE O PROJETO DE INVESTIMENTO**
APRESENTADO PELA ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA

- ⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

240 - Presente e-mail datado de 19/03/2014, enviado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado, que se anexa **(Anexo 2)**, com o seguinte teor:

Página 5 de 81

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande,

Por não me ser possível estar na área da autarquia e em conformidade com o artigo 77º da Lei 5-A/2002, venho muito respeitosamente solicitar a suspensão do meu mandato de Vereador, pelo período de 15 dias.

Em conformidade com o artigo 79º da Lei 5-A/2002, serei substituído, enquanto vereador, pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Com os melhores cumprimentos, subscrevo-me.

De Vossa Excelência atentamente,

Carlos Logrado”

A Câmara Municipal apreciou o pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado, e delibera aprová-lo por unanimidade.

Considerando que nos termos do disposto no artigo 79.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, as vagas ocorridas nos órgãos autárquicos são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, e que neste momento se encontra presente a substituta, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes, a substituição operou-se de imediato.

Antes de dar início ao período de intervenção do público, o **Sr. Presidente** voltou a pedir ao + Concelho o envio das declarações comprovativas da impossibilidade da presença dos candidatos n.ºs 3 e 4 na reunião da Câmara Municipal do passado dia 06/03/2014.

Estas declarações foram entregues durante a reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Encontravam-se inscritos os seguintes munícipes:

1 – Sr.ª Maria Isabel Silva Ferreira Domingues, residente na Rua do Casal Galego, n.º 17, Marinha Grande, que pretende expor o assunto relativo à execução de um jazigo no Cemitério Municipal da Marinha Grande.

2 – Sr.ª Elmina da Conceição Quadros Moiteiro de Carvalho, residente na Rua Júlio Esperança Brito, n.º 14, Ordem, Marinha Grande, que pretende expor o assunto relativo à construção de um jazigo no Cemitério Municipal da Marinha Grande.

3 – Sr.ª Maria Suzete Cordeiro Margarido Oliveira, residente na Rua de S. Pedro, n.º 34, Marinha Grande, que pretende expor o assunto relativo à construção de um jazigo no Cemitério Municipal da Marinha Grande.

4 – Sr.ª Helena Maria de Jesus Faria Marchana Barreiros, residente na Rua Júlio Esperança Brito, n.º 16, Ordem, Marinha Grande, que pretende expor o assunto relativo à construção de um jazigo no Cemitério Municipal da Marinha Grande, bem como da limpeza do mesmo. Vem ainda solicitar a execução de uma rampa de acesso para deficientes no topo do referido cemitério.

5 – Sr.ª Maria Suzete Reis Francisco Gomes, residente na Praceta 25 de abril, lote 3, 1.º dt.º, Marinha Grande, que pretende expor o assunto relativo à construção de um jazigo no Cemitério Municipal da Marinha Grande.

6 – Sr.ª Maria Celeste de Pinho Tiago, residente na Praceta 25 de abril, bloco 1, 3.º dt.º, Marinha Grande, que pretende expor o assunto relativo à construção de um jazigo no Cemitério Municipal da Marinha Grande.

7 – Sr. Carlos Alberto Marques Pereira, residente na Rua das Olaias, n.º 75, Marinha Grande, que é vendedor ambulante, com uma roulotte de bifanas no parque de estacionamento do Estádio Municipal, que pretende solicitar à Câmara autorização para colocação de uma baixada de eletricidade para abastecimento de energia à sua roulotte e à do seu vizinho.

A primeira intervenção foi da **D. Maria Isabel Domingues**, que referiu que tem 40 cm para passar para a sua sepultura devido à construção de um jazigo. Tinha-lhe sido dito e prometido pelo anterior Presidente Álvaro Órfão que não seriam construídos mais jazigos nem vendidas mais sepulturas no Cemitério da Marinha Grande. Está descontente com esta construção, já veio à Câmara reclamar três vezes, nas diversas fases da construção: no assentamento do lastro, na colocação das pedras e na fase final da construção. É o jazigo maior que está no Cemitério e em zona de sepulturas. A carreta dos funerais nem consegue passar no corredor.

A **D. Elmina Carvalho** usou da palavra de seguida, referindo que para além do que já foi dito também ela tem uma campa no mesmo local. Apresentou uma reclamação em 03/02/2014, por e-mail, com fotos, porque se apercebeu que o jazigo ia ocupar espaço do

arruamento público. Em tempos quis fazer uma permuta de duas campas para fazer um jazigo e foi-lhe dito que não eram permitidos mais jazigos no Cemitério da Marinha Grande, pelo que não entende como é que agora foi possível construir aquele monstro, questionando se esta obra não é fiscalizada. Até agora não recebeu resposta ao seu e-mail e ao que o seu marido enviou para o Vereador Paulo Vicente. Desde o início da obra que se queixou, pelo que não interditaram a obra porque não quiseram.

Para além deste assunto, também abordou a situação já reclamada por si há mais de um ano, referente a um buraco que se encontra à entrada do portão do cemitério e que lhe impede a passagem com a mãe, que se encontra em cadeira de rodas.

Resumindo, pretende obter resposta às seguintes questões:

- construção de uma rampa para deficientes
- construção do jazigo
- limpeza do cemitério
- porque é que não tem direito a resposta às reclamações apresentadas.

A **D. Helena Barreiros** também abordou o mesmo assunto do jazigo, bem como a falta de limpeza do cemitério, designadamente de papéis e ervas, e a necessidade de construção de uma rampa para acesso às cadeiras de rodas. Falou ainda da situação das árvores mais antigas que estão nos passeios da Av.^a Vítor Gallo, que impedem a passagem dos deficientes e dos carrinhos de bebé.

A **D. Suzete Margarido** referiu que quando foi ao cemitério também se deparou com a mesma situação relativamente à construção do jazigo, embora pessoalmente não lhe faça transtorno, mas ficou indignada, fez uma reclamação e até agora ainda não recebeu resposta. Não percebe porque é que se constrói um jazigo com uma arquitetura diferente dos existentes. Disse ainda que a parte de cima do cemitério não é limpa e perguntou porque é que aos domingos e feriados não é aberto o outro portão.

Seguidamente usou da palavra o **Sr. Carlos Pereira**, vendedor ambulante, que se encontrava acompanhado de um outro vendedor ambulante, que vieram pedir autorização para instalar um ponto de luz da EDP junto ao Estádio Municipal, para reduzir os custos que têm com a utilização de geradores. Apesar deste pedido referiu que não se querem lá instalar, e que se ausentarão sempre que seja necessário.

Terminadas as intervenções o Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Sr. Carlos Pereira – informou que a venda ambulante é regulada por lei, que a Câmara Municipal pretende dar-lhe uma resposta breve e que aquilo que puder fazer irá fazê-lo o mais breve possível. Pediu ao munícipe que, se no espaço de uma semana não obtiver resposta, vir falar consigo, ressalvando que a venda ambulante não é feita sempre no mesmo local.
- ⇒ Cemitério – referiu que também lá vai com a sua mãe, em cadeira de rodas, que não há local próprio para jazigos e que o gosto das pessoas é o que é. Informou

que a autorização foi dada depois de os serviços analisarem o pedido, e que as fotos que vieram e as reclamações foram já para a fiscalização, que irá verificar se a pessoa exorbitou na construção. Lembrou que há campas que têm um cimentado à frente que extravasa o seu espaço.

- ⇒ Portão – disse que é complicado o funcionamento do cemitério ao sábado e ao domingo, porque legalmente não pode pagar as horas extraordinárias e os trabalhadores podem-se recusar a trabalhar ao sábado e domingo. Foi aberto concurso para coveiros e ficou deserto.
- ⇒ Árvores da Av.ª Vítor Gallo – vão ser cortadas, apesar de saber que há pessoas que são contra, tal como já aconteceu na outra Av.ª, como se depois não fossem plantadas mais árvores.

O Sr. Vereador Paulo Vicente prestou as seguintes informações, no âmbito da sua área de intervenção:

- ⇒ Disse que os muros do cemitério vão ser pintados.
- ⇒ Tomou nota sobre a situação da rampa do portão lateral, que vai ser vista, de modo a facilitar a mobilidade, tal como vai aconteceu nos passeios laterais.
- ⇒ Sobre a limpeza informou que já colocou mais uma funcionária, contudo compete aos concessionários retirar as ervas das campas, competindo à Câmara limpar os espaços comuns.
- ⇒ Informou ainda que aos sábados, domingos e feriados não há funcionários suficientes para fazer a vigilância do cemitério, pois o quadro de coveiros é de quatro trabalhadores e neste momento só há três trabalhadores, daí que nestes dias só seja possível abrir um portão.

O **Sr. Vereador António Santos** pediu a palavra, para enaltecer a resposta do Sr. Presidente da Câmara ao Sr. Carlos Pereira, no prazo de oito dias, mas gostava que isso acontecesse com todos os munícipes, como foi o caso das reclamações do jazigo, em que as pessoas disseram que não tiveram respostas, pelo que apela para que as situações aqui colocadas sejam analisadas. Resumindo, pretende um cemitério limpo, não descuidado e para que os munícipes tenham uma resposta no prazo de dez dias, quanto mais não seja que estão a estudar o assunto.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** usou da palavra para referir duas coisas: reforçar aquilo que foi dito e salientar a resposta célere dada ao Sr. Carlos Pereira. O cemitério tem sido muito falado, é um local de respeito e como tal entende que se deveria deixar de falar dele. Sobre a limpeza disse que já foi respondido, e pediu ao Sr. Presidente que sejamos capazes de dar uma resposta célere às reclamantes. A situação de não haver respostas já aqui foi falada, e embora nem tudo o que se pretende seja possível, mas pelo menos que

se informem os munícipes, mesmo que a resposta seja negativa. Tem que haver um esforço da nossa parte para que seja dada uma resposta, qualquer que ela seja.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que concorda com a venda ambulante e que a situação vai ser estudada. Agradeceu ao Sr. Vereador Aurélio a sugestão, mas no seu caso não é necessária, uma vez que ele próprio responde a tudo o que lhe é dirigido no mesmo dia.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que compreende o problema apresentado pelas Sr.ªs aqui presentes, é uma situação que tem que ser resolvida, é para isso que aqui estão todos e com certeza que isso irá ser feito. A questão colocada pelo Sr. Carlos Pereira vai ser devidamente enquadrada e respondida. Referiu ainda que não precisa de oito dias para responder, uma vez que o faz no próprio dia.

O **Sr. Presidente** referiu que no seu caso, e infelizmente, e por questão de agenda, nem pode receber as pessoas no prazo de oito dias. Apesar disso tenta responder o mais rápido possível.

A **D. Maria Isabel Domingues** usou novamente da palavra, referindo que pediu a cedência de uma sepultura para o seu pai, que está numa campa emprestada, pelo que gostaria de saber como está o seu pedido.

O **Sr. Presidente** informou que há muitas campas e jazigos abandonados mas é um processo muito sensível e que mexe com os sentimentos das pessoas, e que poderão sempre aparecer familiares. Disse que está a ser feita uma intervenção no cemitério e pediu para aguardarem.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente agradeceu a vinda dos munícipes presentes e a colocação dos problemas apresentados.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** usou da palavra para apresentar as seguintes questões colocadas pelos munícipes:

- ⇒ O Sr. João Martins fez referência à existência de um sulco na Estrada da Amieira, que já foi arranjado, o que é de enaltecer, mas há mais situações de perigo no pavimento, junto à sua casa, na Estrada da Amieira, n.º 102.
- ⇒ A Sr.ª Cristina Ventura apresentou um requerimento em 12/03/2014, sobre a invasão de terreno por esgoto a céu aberto, na Rua do Olheirão, Moita, para o qual pede resposta.

Seguidamente abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Enalteceu a resposta dada ao assunto que abordou sobre a reparação na Escola EB da Moita.
- ⇒ Referindo-se à Ponte das Tercenas, disse que é evidente a necessidade da sua abertura, cujo prazo era janeiro de 2014, pelo que questionou quais as démarches feitas para resolver a situação.
- ⇒ Por último abordou o assunto relativo aos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, apresentando o requerimento cujo conteúdo se reproduz:

“REQUERIMENTO_12/2014

Assunto: Bombeiros voluntários da Marinha Grande e Vieira de Leiria

De acordo com a nota à imprensa aquando do protocolo assinado o ano passado com as duas corporações de bombeiros do nosso concelho, “as missões desenvolvidas pelos corpos de bombeiros das associações humanitárias de bombeiros voluntários revestem-se de inequívoco interesse público e os referidos corpos de bombeiros são agentes fundamentais no âmbito da protecção civil. Considera-se ainda que os objectivos legalmente atribuídos à protecção civil municipal carecem de uma intervenção permanente e activa dos corpos de bombeiros e que os corpos de bombeiros são essenciais e imprescindíveis à salvaguarda de pessoas e bens. Deste modo o apoio financeiro concedido neste protocolo destina-se estritamente às despesas de funcionamento relacionadas com as actividades que visam o cumprimento da missão de agente de protecção civil dos corpos de bombeiros.”

Assim, venho pelo presente solicitar:

- 1. Que seja informado porque não foi ainda assinado neste ano de 2014 o protocolo com os bombeiros, colocando estes numa situação de possível incumprimento salarial com os seus trabalhadores no final deste mês;*
- 2. Tendo em conta que esta necessidade é constante, qual a razão pela qual o protocolo não é automaticamente prorrogável para os anos seguintes e termina a 31 de Dezembro, mesmo que, como deve ser, contenha uma cláusula de rescisão;*

3. *Como já foi constatado na reunião do executivo, é imperativo a realização de obras nas camaratas dos Bombeiros da Marinha. Gostaria que informasse que desenvolvimento existe sobre este assunto.*
4. *Se as necessidades financeiras dos bombeiros são reconhecidas, e tendo em conta que os Bombeiros Voluntários da Marinha Grande têm a possibilidade de angariar uma verba significativa com uma proposta por parte dos feirantes da realização da Feira de Abril, nas imediações do Estádio, qual o motivo porque não deliberamos nesse sentido?;*
5. *Que me sejam facultadas as contas e o relatório de gestão das duas corporações de bombeiros voluntários da Marinha Grande e Vieira de Leiria.*

Marinha Grande, 20 de Março 2014

O Vereador

Aurélio Ferreira”

O **Sr. Vereador António Santos** abordou o assunto referente ao mercado municipal, referindo que a CDU colocou as chamadas tendas medievais, e quando o PS ganha as eleições ele aprova o orçamento para 2011 com a premissa da construção do mercado municipal, pelo que questiona em que ponto se encontra a sua construção.

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Perguntou qual o tipo de reabilitação que vai ser feita no Jardim Luís de Camões.
- ⇒ Disse que tinha uma sugestão a apresentar relativa à falta de comunicação para o exterior das atividades e ações que a Câmara desenvolve e de que muita gente se queixa. Como as pessoas que frequentam as coletividades lêem muito o Jornal da Marinha Grande entende que era útil publicitar as atividades nesse jornal. Outra sugestão seria haver uma espécie de outdoor com informação regular nas entradas da cidade, de modo a que as pessoas a possam ver.
- ⇒ Deu os parabéns ao Presidente da Assembleia Municipal, pela realização da tertúlia, que foi uma iniciativa muito saudável e que deve continuar.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Deu os parabéns à APPACDM pela inauguração de um lar residencial, que vem dar resposta às pessoas deficientes que ficam sem pais.
- ⇒ Saudou também os atletas do concelho e respetivos clubes, que uma vez mais levaram o nome da Marinha Grande aos pódiums nacionais, pelo que devem continuar a ser apoiados.

- ⇒ Realçou a exposição sobre Turismo Industrial patente no Turismo de Portugal, em Lisboa, que alia indústria e turismo, e que devido ao sucesso que tem tido se irá manter durante o mês de abril.
- ⇒ Sobre a questão da comunicação referiu que ela tem sido amplamente debatida e as sugestões aqui apresentadas até já foram debatidas e discutidas e estão a ser avaliadas, designadamente no que se refere aos custos.

Às questões colocadas o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Asfalto da Estrada da Amieira, junto ao n.º 102 – vai ver, mas pediu aos Srs. Vereadores que quando lhe cheguem estes e-mail's dos munícipes os reencaminhem para ele, de modo a que possa dar-lhes logo andamento para os serviços.
- ⇒ Sr.ª Cristina Ventura – é um assunto muito antigo, tem estado em contacto com o Presidente da Junta da Moita, não é um esgoto, trata-se de uma linha de água e a situação está a ser vista.
- ⇒ Escolas – tem andado com a Sr.ª Vereadora a ver as situações, porque algumas reparações são com a Câmara e outras com as Juntas. Ainda ontem reuniram com uma Associação de Pais, que estão sensíveis para as dificuldades financeiras e para só pedirem o que é necessário.
- ⇒ Ponte das Terceiras – a obra foi adjudicada por 18 meses e como é sabido foram amplamente noticiadas as dificuldades financeiras da empresa. O dono da obra é a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, a obra está a decorrer normalmente, apesar de ter havido problemas com o sub-empregado. A parte da Câmara na construção da Estrada Atlântica está em obra e está confiante que em junho a obra estará concluída. Dentro desta obra vai ser feita a requalificação do parque das merendas, e também a identificação da fauna e flora do Rio Lis até à Foz.
- ⇒ Jardim Luís de Camões – é o jardim mais antigo da cidade e por isso só agora vai ter rega automática. O projeto vai ser lançado a concurso, e ficará sensivelmente como está, embora os passeios sejam alargados para 2m/2,50m, o parque infantil, por uma questão de segurança, irá avançar mais para o centro do jardim, e os degraus das entradas vão ser retirados, para melhorar a mobilidade. Disse à Sr.ª Vereadora Maria João que pode ficar descansada que o jardim não vai ser descaracterizado nem terá grandes alterações, e caso queira ver o projeto terá muito gosto em lho mostrar.

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Embora a comunicação não seja da sua responsabilidade direta, ela também é uma das suas preocupações. O Jornal da Marinha, neste momento, está quase a ser feito com notas e divulgação de assuntos da Câmara. As dificuldades financeiras impedem-nos de avançar para algumas situações, como seja a criação de um

outdoor. Apesar de a má-língua procurar justificar algumas coisas com a falta de comunicação, também concorda com a Sr.^a Vereadora Maria João de que é uma área a melhorar.

- ⇒ Sobre as queixas dos munícipes a CDU tem uma prática diferente, que é ir ter com os próprios munícipes. Têm uma série de relatórios para apresentar ao Sr. Vereador Paulo Vicente sobre inúmeras situações. Já foram à Garcia e Pero Neto ouvir os munícipes, algumas das situações apresentadas são de muito fácil resolução, e têm obtido bons resultados com esta forma de trabalhar.

Às questões colocadas o Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Ponte das Tercenas – não sabe se separa as famílias, mas o que sabe é que o seu fecho foi por uma questão de segurança e que sempre se lutou pela construção de uma ponte decente. As empresas de construção atravessam muitas dificuldades mas queremos que a obra esteja pronta o mais rápido possível e que este verão a ponte esteja aberta.
- ⇒ Mercado municipal – como o Sr. Vereador António Santos sabe há um projecto do mandato anterior, que foi discutido com as pessoas, uma vez que a Câmara não quer criar mais elefantes brancos, e o processo não está parado.
- ⇒ Jardim Luís de Camões – vai ficar bonito, e esperamos, mais uma vez com o trabalho dos técnicos da Câmara, criar um espaço para as crianças e melhorar os acessos.
- ⇒ Comunicação – referiu que hoje em dia é difícil a ligação aos jornais porque é necessário fazer contas e aplicar a redução remuneratória, e as negociações dos preços às vezes são difíceis. A questão dos outdoors vai ser vista, mas também é verdade que há pessoas que criticam sempre mas depois não aparecem nas ações. Ontem, na Tertúlia, ficou agradavelmente surpreendido porque apareceram muitas pessoas.
- ⇒ Bombeiros – se as contas chegarem à Câmara responderá ao pedido do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.
- ⇒ Camaratas dos Bombeiros – informou que ontem lhe foi pedido um subsídio para este fim. Só o irá atribuir se puder, o pedido está a ser analisado, pois há que verificar a questão dos fundos disponíveis. Por aquilo que viu no papel sobre a obra esta mexe com muita coisa, pelo que tem de haver especialidades, e isso vai ter de ser acompanhado pela Câmara. Não sabe até se não necessitará do parecer do IGESPAR, na certeza de que a Câmara tem todo o interesse na criação das melhores condições para os Bombeiros.
- ⇒ Feira de abril – referiu que não é por acaso que há 3 anos que não há feira. Este pedido também lhe foi apresentado ontem e está a ser analisado. Se a Câmara verificar que não tem condições não autorizará, na certeza de que não indemnizará as receitas perdidas. Pensa que na próxima semana haverá novidades.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 5, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 3 DE MARÇO DE 2014

241 - Presente a ata n.º 5, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 3 de março de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Presidente chamou a atenção ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira se queria acrescentar à ata o que disse na reunião e os nomes de que falou, e o mesmo achou por bem não o fazer.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 6, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 6 E 7 DE MARÇO DE 2014

242 - Presente a ata n.º 6, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada nos dias 6 e 7 de março de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final, depois de introduzidas as alterações propostas para a página 43.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções.

O Sr. Vereador Paulo Vicente aprovou a ata, com a abstenção no assunto referente ao ponto 17, em que não esteve presente.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e a Sr.ª Vereadora Maria João Gomes abstiveram-se porque não estiveram presentes na reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:20 horas às 11:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

4 - REQ. N. 358/14, DATADO DE 11/03/2014 – PC N.º 447/06, DATADO DE 11/07/2006 – HOTÉIS CRISTAL-EMPREENDEMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

243 - Presente requerimento, com o registo de entrada n.º 358/14, de 11-03-2014, apresentado por Hotéis Cristal-Empreendimentos Turísticos, S.A., com sede na Rua de Leiria, n.º 112, freguesia e concelho da Marinha Grande, NIPC 500944814, em que solicita a isenção do pagamento das taxas municipais devidas pela emissão do alvará de licença de construção, respeitante à legalização das obras efetuadas no edifício sito na Avenida Marginal, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o requerimento e considerando que:

- O Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande prevê, na alínea g) do n.º 3 do seu artigo 119.º, a isenção ou redução até 50% das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas por partes de unidades hoteleiras;
- As obras em causa se destinaram a melhoramentos num equipamento do parque aquático, de que é proprietária a sociedade requerente;
- A sociedade Hotéis Cristal-Empreendimentos Turísticos, S.A., com sede na Rua de Leiria, n.º 112, freguesia e concelho da Marinha Grande, tem tido um papel relevante e dinamizador do turismo e comércio do nosso concelho, pressuposto essencial para beneficiar da dita isenção ou redução;

Delibera, ao abrigo da citada alínea g) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, preenchidos que estão os requisitos legais, REDUZIR EM 50% O VALOR TOTAL DE 4.542,38 € (QUATRO MIL QUINHENTOS E QUARENTA E DOIS EUROS E TRINTA E OITO CÊNTIMOS) CORRESPONDENTES ÀS TAXAS DEVIDAS pela emissão do alvará de licença de construção, respeitante à legalização das obras efetuadas no edifício sito na Avenida Marginal, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, pela sociedade Hotéis Cristal-Empreendimentos Turísticos, S.A., com sede na Rua de Leiria, n.º 112, freguesia e concelho da Marinha Grande, importando o valor total a pagar em 2.271,19 € (dois mil duzentos e setenta e um euros e dezanove cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 131/14, DATADO DE 28/01/2014 – PC N.º 465/13, DATADO DE 31/12/2013 – APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL

244 - Presente pedido de licenciamento com o registo n.º 131/14, datado de 28/01/2014 relativo a **legalização de alterações** efetuadas num edifício agrícola, sito na rua da Cabine, Pero Neto, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8148 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4226, da freguesia e

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 465/13, com data de entrada de 31/12/2013, apresentado por APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, com o NIPC 504 646 796, com sede na rua Bento de Jesus Caraça, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica, datada de 7/03/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações efetuadas num edifício agrícola, sito na rua da Cabine, Pero Neto, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8148 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4226, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 465/13, com data de entrada de 31/12/2013, apresentado por APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, com o NIPC 504 646 796, com sede na rua Bento de Jesus Caraça, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE e do n.º 2 do artigo 57º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), dos projetos de especialidade aplicáveis.**
- 2.- Execução da totalidade dos trabalhos necessários ao correto acabamento da obra;**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 192/14, DATADO DE 07/02/2014 – PC N.º 37/14, DATADO DE 07/02/2014 – FERNANDO CONCEIÇÃO DUARTE

245 - Presente pedido com o registo n.º 192/14, datado de 07/02/2014, relativo a licenciamento e legalização de alterações a um edifício de habitação e comércio/serviços, localizado na Rua Náufragos do Salsinha, n.º 5 – Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 916 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5624 da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 37/14, com data de entrada de 07/02/2014, apresentado por **Fernando Conceição Duarte**, com o NIF 134713753, residente na Rua José Loureiro Botas, n.º 1, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 12/03/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações a um edifício de habitação e comércio/serviços, localizado na Rua Náufragos do Salsinha, n.º 5 – Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 916 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5624 da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 37/14, com data de entrada de 07/02/2014, apresentado por Fernando Conceição Duarte, com o NIF 134713753, residente na Rua José Loureiro Botas, n.º 1, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a definir como necessários ao bom acabamento da obra.

INFORMAR o requerente que:

- 1 – Tratando-se de uma legalização, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização (RMEUMG), em vigor, a concessão da autorização de utilização é sempre precedida de vistoria municipal.
- 2 – Tratando-se de uma obra a levar a efeito numa das praias do concelho, nos termos do disposto no artigo 94 do RMEUMG, a respetiva execução deve ser suspensa do dia 1 de julho até 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 342/14, DATADO DE 10/03/2014 – PC N.º 452/13, DATADO DE 09/12/2013
– AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA

246 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 2010/13, n.º 285/14 e 314/14 datados de 2013/12/09, 2014/02/25 e 2014/03/10, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 452/13, a solicitar o licenciamento de obras de alteração realizadas na moradia (legalização), o licenciamento de obras de construção de anexo (legalização) e o licenciamento de obras de construção de muro de vedação, no prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 675 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 3359, apresentado por **AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA**, com o NIF 105652938, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datado de 2014/03/17, que atesta encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

Após análise do pedido de licenciamento de obras de alteração realizadas na moradia (legalização), o licenciamento de obras de construção de anexo (legalização) e o licenciamento de obras de construção de muro de vedação, no prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 675 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 3359, apresentado por AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA, com o NIF 105652938, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico de 2014/03/17, a Câmara Municipal delibera APROVAR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:

- 1 – Apresentação, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – dos projetos das especialidades aplicáveis, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação.
- 2- A instalação do recetáculo postal domiciliário que deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 3- A execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar que, nos termos do n.º 6 do artigo 57.º, do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão de autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 306/14, DATADO DE 03/03/2014 – PC N.º 394/13, DATADO DE 24/10/2013 – AGOSTINHO PEREIRA

247 - Presente processo n.º 394/13 referente ao licenciamento da construção de muros de vedação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4399 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2760, sito no lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por AGOSTINHO PEREIRA, com o NIF 141242795, residente na Rua das Sorraipas, n.º 17, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes alterações ao projeto, apresentadas em sede de audiência prévia.

Presentes informações técnicos, datados de 2013/11/13 e de 2014/03/06, que atestam estar o processo em condições de aprovação.

A Câmara Municipal depois de analisar o projeto apresentado em sede de audiência prévia, por AGOSTINHO PEREIRA, com o NIF 141242795, residente na Rua das Sorraipas,

n.º 17, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, bem como as informações técnicas, datadas de 2013/11/13 e de 2014/03/06, e considerando que as alterações apresentadas colmatam as deficiências apontadas ao projeto, delibera nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação, DEFERIR o pedido de licenciamento de construção de muros de vedação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4399 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2760, sito no lugar de Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade do interessado.

Mais delibera informar:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários;
- 2 – Deve assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra;
- 3- O alinhamento do muro deverá ser definido pelos serviços técnicos responsáveis desta câmara.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1925/11, DATADO DE 20/09/2011 – PC N.º 112/08, DATADO DE 18/03/2008 – JOANA RITA FERREIRA DE OLIVEIRA

248 - Presente requerimento n.º 1925/11, datado de 2011/09/20, constante do processo camarário n.º 112/08, subscrito por JOANA RITA FERREIRA DE OLIVEIRA, NIF n.º 205902090, com residência na Rua 1, Bloco 28-A, r/c esq., lugar de Embra, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento das alterações levadas a efeito na obra referente à “construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Luciano Migueis, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 9986, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14075, da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/03/06, propondo o deferimento da pretensão.

Após a análise do pedido de licenciamento das alterações levadas a efeito na obra referente à “construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Luciano Migueis, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 9986, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14075, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 112/08, com data de entrada em 2008/03/18,

apresentado por JOANA RITA FERREIRA DE OLIVEIRA, com o NIF n.º 205902090, residente na Rua 1, Bloco 28-A, r7c esq., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 310/14, DATADO DE 05/03/2014 – PC N.º 49/12 , DATADO DE 22/02/2012 – CELESTINO MIGUEL

249 - Presente pedido com o registo n.º 310/14, datado de 05/03/2014 relativo a **legalização de ampliações e alteração de uso para comércio/serviços**, de um edifício sito na Estrada da Maceira, n.º 37, lugar de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.875 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.873, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 49/12, com data de entrada de 22/02/2012, apresentado por **Celestino Miguel**, com o NIF 131 278 061, residente na Quinta do Cabeço, n.º 292, Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 23/01/2014;

Presentes projetos das especialidades;

Presente informação técnica, datada de 14/03/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 17/03/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de ampliações e alteração de uso para comércio/serviços, de um edifício sito na Estrada da Maceira, n.º 37, lugar de Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.875 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10.873, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 49/12, com data de entrada de 22/02/2012, apresentado por Celestino Miguel, com o NIF 131 278 061, residente na Quinta do Cabeço, n.º 292, Leiria

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**
- 4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 303/14, DATADO DE 03/03/2014 – PC N.º 38/10, DATADO DE 09/03/2010 – MOLDOESTE – INDÚSTRIA DE MOLDES, LDA

250 - Presente pedido com o registo n.º 303/14, datado de 03/03/2014 relativo a **alteração e ampliação de edifício industrial existente**, com obras de urbanização, sito em Tojeira de Picassin, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14308 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17285, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/10, com data de entrada de 09/03/2010, apresentado por Moldoeste – Indústria de Moldes, Lda, com o NIPC 501 995 366, com sede na Zona

Industrial da Marinha Grande, Lt 16 – Apart 370, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 13/12/2012;

Presentes projetos das especialidades relativos ao edifício e às obras de urbanização;

Presente informação técnica, datada de 14/03/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade e os de obras de urbanização apresentados devidamente instruídos e em condições de ser aceites;

Presente informação técnica, datada de 17/03/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto - Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alteração e ampliação de edifício industrial existente, com obras de urbanização, sito em Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14308 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17285, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 38/10, com data de entrada de 09/03/2010, apresentado por Moldoeste – Indústria de Moldes, Lda, com o NIPC 501 995 366, com sede na Zona Industrial da Marinha Grande, Lt 16 – Apart 370, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 – Deverá prestar caução, a favor da Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos do artigo 54º do RJUE, relativa às obras de urbanização, no valor de 32.688,28 € (trinta e dois mil, seiscientos e oitenta e oito euros e vinte e oito cêntimos).

2.- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão dos respetivos alvarás, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

3 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

4 – A concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor.

5.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

12 - REQ. N. 197/14, DATADO DE 07/02/2014 – PC N.º 39/14, DATADO DE 07/02/2014
– ÂNGELO AUGUSTO MADEIRA GASPAR

251 - Presente pedido com o registo n.º 197/14, datado de 7/02/2014 relativo a **legalização de alterações e alteração de uso para indústria** de edifício sito na Travessa Fernando José Alvarez Baridó, no lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7972 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10349, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 39/14, com data de entrada de 7/02/2014, apresentado por Ângelo Augusto Madeira Gaspar, com o NIF 153 833 149, residente na travessa Fernando José Alvarez Baridó, n.º 1, Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 05/03/2014, que atesta **não** se encontrar o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

NOTIFICAR o requerente, Ângelo Augusto Madeira Gaspar, com o NIF 153 833 149, residente na travessa Fernando José Alvarez Baridó, n.º 1, Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre o projeto de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu processo, referente a legalização de alterações e alteração de uso para indústria de edifício sito na travessa Fernando José Alvarez Baridó, no lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7972 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10349, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 39/14, com data de entrada de 7/02/2014, por violar o disposto no n.º 8 do artigo 5.º do Regulamento do PDM, para a “restante área urbana” do aglomerado da Marinha Grande, em conjugação com a alínea a) do n.º 8 do artigo 7.º do mesmo Regulamento, no que se reporta ao n.º de lugares de estacionamento a garantir, em função da área de indústria a legalizar, uma vez que propõe a criação de estacionamento em área que não faz parte integrante da parcela de que faz prova de titularidade, não assegurando assim, no interior da sua parcela, o número mínimo de lugares de estacionamento em função da área de construção para indústria.

Delibera, igualmente, INFORMAR o requerente que a manutenção nas peças gráficas dos limites e configuração de terreno, representado como tendo uma área de 1,943,8 m2, em desacordo e ultrapassando em mais de 500,0 m2 a área do registo predial do prédio de que é titular, que apresenta uma área de 1.426,4 m2, implicará a rejeição liminar do seu

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

pedido, por ausência de legitimidade para a realização da operação urbanística pretendida, de acordo com o n.º 6 do artigo 11º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1856/13, DATADO DE 14/11/2013 – PC N.º 352/13, DATADO DE 25/09/2013 – MARIA FERNANDA DO CÉU AMARO e PATRICK GUY ADRIEN MALECOT

252 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 1541 e n.º 1856, registados em 2013/09/25 e 2013/11/14, respetivamente, processo n.º 352/13, a solicitar o **licenciamento de obra de construção de moradia**, sendo que parte da obra compreende ainda legalização e demolição, de parte do edifício existente, sito na rua Vale das Noras, n.º 54, gaveto com a rua Central, no lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 766 m2, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15684, inscrito na matriz urbana sob o n.º 4157, apresentado por **MARIA FERNANDA DO CEU AMARO**, com o NIF 222003421, e por **PATRICK GUY ADRIEN MALECOT**, com o NIF 261911236, ambos residentes em 10, Rue Roseland, 78790 Arnouville – Lés Mantes – França, na localidade de Arnouville, França.

Presentes informações técnica, datada de 2013/10/08 e de 2014/03/07, que referem que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento de obra de construção de moradia, sendo que parte da obra compreende ainda legalização e demolição de parte do edifício existente, sito na rua Vale das Noras, n.º 54, gaveto com a rua Central, no lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 766 m2, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15684, inscrito na matriz urbana sob o n.º 4157, com processo n.º 352/13, apresentado por **MARIA FERNANDA DO CEU AMARO**, com o NIF 222003421, e por **PATRICK GUY ADRIEN MALECOT**, com o NIF 261911236, ambos residentes em 10, Rue Roseland, 78790 Arnouville – Lés Mantes – França, na localidade de Arnouville, França, bem como da informação técnica de 2013/10/08, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto- Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por não observar o artigo 19º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), por não assegurar a previsão de passeio com a largura de 1,50 m em toda a dimensão de ambas as frentes do terreno, tal como comunicado pelo ofício n.º 1062/13, de 2013/10/11.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 343/13, DATADO DE 07/03/2013 – PC N.º 352/12, DATADO DE 22/11/2012
– MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES

253 - Presente requerimento n.º 343/13, datado de 2013/03/07, constante do processo camarário n.º 352/12, subscrito por **MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES**, com o NIF n.º 107410362, residente na Rua dos Carreirinhos, n.º 16, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da “legalização da alteração e ampliação de habitação e anexo”** existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Carreirinhos, n.º 20, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito e inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19535 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8648 da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/05/17, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “legalização da alteração e ampliação de habitação e anexo” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Carreirinhos, n.º 20, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito e inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19535 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8648 da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 352/12, com data de entrada em 2012/11/22, apresentado por MARIA AUGUSTA ALVES LOURENÇO GOMES, com o NIF n.º 107410362, residente na Rua dos Carreirinhos, n.º 16, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2013/05/17, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, por o projeto de arquitetura violar, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, as seguintes regras legais e regulamentares aplicáveis:

1. O Regulamento Geral das Edificações Urbanas, no que respeita ao:

- n.º 1 do art. 66.º, quanto ao tipo de habitação. Em memória descritiva e justificativa é indicada a tipologia T2 (dois quartos), apresentando as peças gráficas referência a três quartos, correspondendo a uma habitação de tipologia T3.

- n.º 2 do art. 68.º, relativamente ao número mínimo de instalações sanitárias previstas para as habitações de tipologia T3, visto a proposta apresentar apenas uma instalação sanitária, sendo obrigatório nas tipologias do tipo T3, a constituição de duas instalações sanitárias.

- art. 73.º, pelo facto da ampliação que se propõe legalizar, constituir obstáculo à iluminação a uma distância inferior a 2,00m da janela da cozinha.

2. N.º 16.1 do anexo I e n.º 18 do anexo II do Decreto-Lei n.º 264/98, de 19 de agosto, aditados pelo Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23 de junho, relativa à limitação da colocação

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, dado se constatar a existência de cobertura em telha de fibrocimento, material que contém fibras de amianto, substância que se encontra proibida pelo respetivo diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1936/11, DATADO DE 21/09/2011 – PC N.º 599/2011 , DATADO DE 21/09/2011 – REGINA MARIA GOMES CRAVEIRO

254 - Presente requerimento n.º 1936/11, datado de 2011/09/21, constante do processo camarário n.º 599/2011, subscrito por REGINA MARIA GOMES CRAVEIRO, NIF n.º 172885370, com residência na Rua Sociedade Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, n.º 34, lugar de Camarnal, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, inerente ao **pedido de “certidão de isenção/autorização de utilização”**, para o prédio urbano sito na Rua 7, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo n.º 11963.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/03/05, propondo o indeferimento do pedido.

Após análise do pedido de **“certidão de isenção/autorização de utilização”**, para o prédio urbano sito na Rua 7, lugar de Ordem, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo n.º 11963, apresentado por REGINA MARIA GOMES CRAVEIRO, NIF 172885370, com residência na Rua Sociedade Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, n.º 34, lugar de Camarnal, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/03/05, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, por se verificar que a edificação em causa apresenta uma área edificada muito superior à área constante da respetiva caderneta predial urbana, sendo que parte dessa área, terá sido construída em fase posterior à construção originária, atendendo às características e materiais empregues nas diferentes partes, apresentando ainda vãos ao nível da fachada principal (portas e janelas) constituídos por material de alumínio, não correspondendo este material, ao material empregue nos vãos das edificações erigidas em época anterior a 1951, sendo que, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art. 4.º do Regime Jurídico da urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, tais obras estariam sujeitas à respetiva licença administrativa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 2053/13, DATADO DE 13/12/2013 – PC N.º 491/2013, DATADO DE 13/12/2013 – DORA SOFIA DA CRUZ FRANCISCO

255 - Presente requerimento apresentado por por DORA SOFIA DA CRUZ FRANCISCO, com o NIF 217390285, residente em Urbanização Quinta das Nespereiras, Lote E-2, 2.º Esq.º respeitante a um pedido de vistoria a fração de imóvel, face à existência de infiltrações na fração de que é proprietária, que conduzem à existência de riscos de higiene e salubridade. Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 09/01/2014, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possa, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 03/03/2014, referente à vistoria realizada em 21/01/2014, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo, a Câmara delibera determinar a execução das obras de reparação necessárias a sanar as patologias detetadas na fração designada como 2.º esquerdo do edifício sito na Urbanização Quinta das Nespereiras, Lote E-3, freguesia e concelho de Marinha Grande, decorrentes de infiltrações de águas provenientes de algum ponto situado acima da laje do teto da referida fração, constantes do teor do Auto de Vistoria datado 03/03/2014, concedendo um prazo de 30 dias úteis para o efeito, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, face às atuais condições físicas da fração, verificadas pela Comissão de Vistorias e descritas no mencionado Auto, designadamente:

- 1 – Raspagem das superfícies de teto e parede e remoção de mobiliário fixo (roupieiro) danificadas pelas infiltrações;**
- 2 – Verificação e registo para despiste de novas infiltrações;**
- 3 – Reposição de reboco e pinturas nas áreas de parede e teto afetadas;**
- 4 – Fornecimento de novo roupieiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 280/14, DATADO DE 24/02/2014 – PC N.º 230/05, DATADO DE 28/03/2005 – MARIA ANTONIETA GOMES MAGALHÃES

256 - Presentes alegações, proferidas em sede de audiência prévia, com registo de entrada n.º 280/14, de 24-02-2014, apresentadas por Maria Antonieta Gomes Magalhães, residente

na Rua dos Poços, n.º 63, 1.º esquerdo, Lameira da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 230/05, referentes à intenção, por parte da Câmara Municipal, de declarar a caducidade da licença concedida para executar obras de construção no seu estabelecimento de restauração e bebidas, sito na avenida José Gregório, freguesia e concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal apreciou as referidas alegações e considerando que:

- A interessada, Maria Antonieta Gomes Magalhães, com o NIF 149056052, residente na Rua dos Poços, n.º 63, 1.º esquerdo, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 230/05, foi notificada, em 28-09-2012, da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de alteração do seu estabelecimento de restauração e bebidas, proferida pela Câmara Municipal em 18-09-2012;

- Sobre a data da notificação desta deliberação tinha, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro -RJUE- um ano para requerer o respetivo alvará, o que não fez;

- De acordo com o n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, o decurso desse prazo tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística;

- Reunidas as condições legais, a Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 09-01-2014, comunicar à interessada a sua intenção de declarar a caducidade da referida licença, para que em sede de audiência prévia se pronunciasse sobre essa deliberação;

- A interessada apresentou as suas alegações, em tempo, tendo referido que ficou acordado com a arrendatária que lhe caberia dar resposta às solicitações respeitantes ao mencionado processo de licenciamento, o que não fez, e que pretende dar continuidade ao processo, mais concretamente solicitar a emissão do respetivo alvará de licença de construção;

- O estabelecimento em causa encontra-se aberto ao público e que o valor do seu arrendamento constitui uma fonte de rendimento, já que a sua reforma é diminuta;

- O dito estabelecimento gera emprego para duas pessoas;

DELIBERA considerar válidos os motivos apresentados pela requerente, numa época de recessão económica, em que se torna particularmente difícil viver com fontes de rendimentos baixas e em que se procura preservar os empregos e fomentar o comércio e a economia em geral e delibera NÃO DECLARAR A CADUCIDADE da licença concedida, em 18-09-2012, a Maria Antonieta Gomes Magalhães, residente na Rua dos Poços, n.º 63, 1.º esquerdo, Lameira da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, para executar

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

obras no seu estabelecimento de restauração e bebidas, sito na avenida José Gregório, freguesia e concelho da Marinha Grande, mantendo assim os seus efeitos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 359/14, DATADO DE 12/03/2014 – PC N.º 462/11, DATADO DE 14/11/2011 – SOCIEDADE COLUMBÓFILA MARINHENSE

257 - Presentes alegações, proferidas em sede de audiência prévia, com registo de entrada n.º 359/14, datadas de 12-03-2014, apresentadas pela Sociedade Columbófila Marinhense, com o NIPC 501489363, com sede na Avenida 1.º de Maio, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitantes à intenção da Câmara Municipal de declarar a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para “legalização” de alterações efetuadas no estabelecimento de bebidas sito na mesma morada.

A Câmara Municipal apreciou as referidas alegações e considerando que:

- A interessada, Sociedade Columbófila Marinhense, com sede na Avenida 1.º de Maio, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitou, a 14-12-2011, o licenciamento das alterações efetuadas no estabelecimento de bebidas sito na mesma morada;
- O respetivo projeto de arquitetura foi aprovado em 20-06-2012;
- A referida sociedade devia, nos termos do n.º 4.º do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE – aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de março, entregar os projetos das especialidades, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja até 28-12-2012, o que não fez;
- A falta de entrega de projetos de especialidades, no citado prazo, tem como consequência, nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do RJUE, a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, findo o qual é declarada a caducidade;
- Esse prazo terminou em 28-06-2013;
- A interessada foi notificada para, em sede de audiência prévia, se pronunciar sobre a intenção de declaração de caducidade da deliberação de 20-06-2012;
- Nas alegações apresentadas, em tempo, a interessada assumiu total responsabilidade por não terem sido entregues os projetos em causa, invocando para o efeito as dificuldades financeiras que atravessa;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

- O dito estabelecimento se encontra aberto ao público (há cerca de duas décadas, de acordo com as alegações da dita sociedade);

Delibera considerar os motivos apresentados pela interessada, como válidos, nomeadamente as dificuldades financeiras que a mesma atravessa e delibera NÃO DECLARAR A CADUCIDADE da deliberação datada de 20-06-2012, que aprovou o projeto de arquitetura para “legalização” das alterações efetuadas no estabelecimento de bebidas sito na Avenida 1.ª de Maio, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, em nome de Sociedade Columbófila Marinhense, com o NIPC 501489363, uma vez que este último contribui para o fomento do comércio local, mantendo-se, assim, os efeitos da mencionada deliberação.

Mais delibera informar a requerente que deve entregar os projetos de especialidades em falta, no prazo de 90 dias, a contar da data da sua notificação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 382/14, DATADO DE 14/03/2014 – PC N.º 1115/02, DATADO DE 30/12/2002 – TROCA DE SONHOS, LDA.

258 - Presente requerimento n.º 382/14, datado de 2014/03/14, constante do processo camarário n.º 1115/02, apresentado pela firma Troca de Sonhos, Lda., com o NIPC n.º 507905571, com sede na Avenida Victor Gallo, n.º 108, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a emissão de certidão comprovativa em como o edifício sito na Rua da Azambuja, freguesia de Marinha Grande, para o qual foi emitido o alvará de licença de construção n.º 85/10, datado de 2010/05/28, referente ao licenciamento da obra de construção de um edifício de habitação multifamiliar, levado a efeito nos prédios urbanos registados na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 16747 e 19331, e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos números 19118 e 1922, respetivamente, da freguesia e concelho de Marinha Grande, reúne os requisitos em projeto, para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, previsto no Código Civil em vigor.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/03/17, propondo o deferimento da pretensão e a emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunido os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise do pedido de emissão de certidão comprovativa em como o edifício sito na Rua da Azambuja, freguesia de Marinha Grande, para o qual foi emitido o alvará de licença de construção n.º 85/10, datado de 2010/05/28, referente ao licenciamento da obra de construção de edifício de habitação multifamiliar, levado a efeito nos prédios urbanos registados na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 16747 e 19331, e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 19118 e 1922, respetivamente, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de

processo 1115/02, com data de entrada em 2002/12/30, apresentado pela firma Troca de Sonhos, Lda. com o NIPC n.º 507905571, com sede na Avenida Victor Gallo, n.º 108, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR e mandar emitir a certidão comprovativa de que o edifício, tal como consta em projeto aprovado, observa os requisitos necessários para que possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no artigo 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS DE 2013. MANDATO DISCRIMINADO.

Por se encontrar na reunião a Administradora da TUMG, Dr.ª Fátima Cardoso, o **Sr. Presidente** quis deixar registado em ata uma palavra de agradecimento pela sua presença, num momento de dor pelo qual está a passar.

De seguida a Administradora da TUMG fez uma breve explicação do relatório e contas da empresa referentes a 2013, referindo que:

- Se verificou um decréscimo de receita mas também um decréscimo de gastos, que superou o decréscimo de receita. Não sabe dizer se é um decréscimo de receita real porque os autocarros da empresa com quem foi celebrado o contrato não tinham máquina de bilhética. Questiona-se se a empresa sai impune. Não, uma vez que podem ser aplicadas penalidades, o que foi feito, encontrando-se agora em audiência prévia.
- Diminuiu a receita do estacionamento, por causa da zona das antigas instalações da J. Ferreira Custódio. Há expectativa de aumento com o funcionamento da Casa da Cultura.
- Houve aumento da despesa com pessoal, devido ao pagamento dos direitos para com o Presidente do Conselho de Administração cessante e a problemas de saúde com um funcionário.
- O investimento foi feito em 2011 e 2012, e em 2013 verificou-se a consolidação desse investimento já feito. Em 2014 prevê-se investir na melhoria das condições.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** questionou se o decréscimo de 18% do serviço externo tem a ver com o aluguer das máquinas.

A **Administradora** respondeu que sim, mas não só por esse motivo, porque está a ser revista a política de seguros, com contenção de custos.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que se nota significativa alteração e melhoria, pelo que dirigiu à Administradora uma palavra de apreço pelo trabalho, que já se vê nos

resultados finais e de atuação da TUMG. Chamou a atenção para algumas queixas de falta de abrigos e de alguns que devem ser mudados, até por questões de segurança, como é o caso do abrigo da Garcia, que está numa curva. A **Administradora** respondeu que vai ser mudado. O **Sr. Vereador** terminou a sua intervenção dizendo-lhe que está no bom caminho e que continue.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que aprova o que foi dito pelo Sr. Vereador Vítor Pereira, e que é de salientar que o parecer do ROC não aponta qualquer situação, pelo que é de enaltecer o trabalho da Administradora e da sua equipa. Realçou ainda a política de contenção de custos.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** agradeceu a presença da Administradora, referindo que tecnicamente não tem qualquer reparo a fazer. Depois perguntou se a questão da falta da máquina de bilhética com a empresa do Vale do Ave é judicial, e se o contrato atual, com a UTS, está a correr bem. A **Administradora** respondeu que a questão é judicial, e que o contrato com a empresa atual está a correr bem e que tem acompanhado no terreno, diariamente, informando ainda que os motoristas vão passar a usar um uniforme que represente e identifique a TUMG.

O **Sr. Vereador** perguntou se está a ser analisada a questão da falta de passageiros e se vai ser feita a publicidade nos autocarros. Foi respondido que estão a ser revistos os percursos e os horários, e em relação à publicidade, que estão a ser feitos contactos, até porque há tabelas para a decoração dos autocarros.

Sobre a questão do saldo foi explicado que é do fim do exercício.

O **Sr. Vereador** perguntou se era conhecido o custo por passageiro, referindo que as empresas municipais não existem para dar lucro mas para fazer um serviço público e até de apoio social.

À questão colocada pelo Sr. Vereador, a **Administradora** respondeu que ainda não fez esse estudo, informando que o preço por km é de 1,35€.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** referiu que os transportes urbanos são sempre equilibrados ou deficitários, porque prestam um papel social. No caso da TUMG há necessidade de uma acção mais pró-ativa, alargando o número de passageiros, fazendo uma revisão dos percursos, de forma a rentabilizá-los, obtenção de receitas de publicidade e aumento de clientes ocasionais.

A **Administradora** respondeu que esse trabalho está a ser feito, tendo sempre em atenção o aspeto social.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que há uma análise económica que é indissociável do apoio social, e que a filosofia desta empresa é de intervenção social. Discorda da Sr.ª Vereadora Maria João, porque pode haver linhas pouco rentáveis mas que prestam um serviço social muito útil. Não se pode esquecer o papel da TUMG nos transportes escolares e na mobilidade das nossas crianças. O que se pode por em causa é o modelo da empresa. Temos que ter sempre a perspetiva do serviço social de apoio à terceira idade e aos

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

jovens, se bem que há que continuar a batalhar e a tentar aumentar receitas, designadamente com a publicidade.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que subscreve na íntegra o raciocínio do Sr. Vereador Vítor, pois não se pode esquecer a vertente social. Deu os parabéns à Administradora e motivou-a para continuar o trabalho efetuado neste pouco tempo de mandato.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que apesar de ser um serviço público deveremos contabilizá-lo, para vermos com quanto é que contribuímos para a ação social.

O **Sr. Presidente** agradeceu a presença da Administradora da TUMG e o trabalho efetuado, referindo que esta empresa não acompanhou em todos os aspetos o que se verificou noutras empresas em todo o País, em que houve reduções de passageiros de 20 e 30%. Deixou uma palavra de louvor para quem implementou este serviço, que é uma aposta ganha e é para continuar. A TUMG pratica preços de 2009 e até pediu que averiguem e que informem a Câmara de quais os municípios em que isto acontece. É sabido que têm que se alterar rotas, colocar abrigos, mas quer deixar uma palavra de empenho e de continuação do bom trabalho.

Terminadas as intervenções o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

259 - Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Considerando que a assembleia geral da empresa vai ter como assuntos da ordem do dia: deliberar sobre o relatório e contas relativos ao exercício de dois mil e treze, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da empresa, de acordo com o artigo 12.º, n.º 2, dos estatutos da empresa.

Presente Relatório e contas de 2013, acompanhados do parecer e certificação legal das contas, emitidos pelo fiscal único.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante: aprovar o relatório e contas relativos ao exercício de 2013, aprovar a proposta de aplicação de resultados e apreciar positivamente a atuação da administração e fiscalização da empresa.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, E.M. Unipessoal S.A.

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:

“Reconhecendo o papel fundamental e imprescindível do ponto vista social desempenhado pela empresa TUMG, conferindo uma maior mobilidade à população e melhorando assim a sua qualidade de vida, verificamos algumas debilidades ao nível da sua gestão, que se refletem no relatório e contas de 2013.

Os rendimentos são inferiores aos do ano anterior. Decresceu o número de passageiros transportados, bem como o volume de negócios com os alugueres ocasionais e a publicidade.

A diminuição em gastos e perdas prende-se com o facto de ter terminado a atividade de aluguer de máquinas, o que reduziu substancialmente o valor dos fornecimentos e serviços externos.

Consideramos que seria desejável uma atitude de gestão mais proactiva, não se limitando à preocupação com a redução de despesas, mas apostando sobretudo no potencial da empresa, alargando o número de passageiros transportados, os alugueres ocasionais e as receitas com publicidade.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente a apresentação de contas tendo em consideração que os resultados operacionais são positivos, e considerando ainda que o trabalho desenvolvido pela nova Administradora evidencia sinais convincentes em termos de gestão.

Não comungamos nem partilhamos a opinião do + Concelho que expressou em declaração de voto em que apregoando por um lado a intervenção social, pelo outro, defende uma perspectiva exclusivamente economicista que não se coaduna com a finalidade da criação deste serviço público.

Embora tenhamos sido críticos noutras ocasiões pensamos que se vislumbra agora uma nova forma de gestão que devemos saudar. Não iremos desacompanhar em termos de futuro o trabalho que irá ser desenvolvido e apelamos a que sejam ouvidas algumas sugestões apresentadas pelas populações e que a empresa deverá tomar em consideração.”

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho subscreveu esta declaração de voto.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nesta altura o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para almoço, que decorreu das 13:00 horas às 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**21 - “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA”.
APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS DO PROJETO E TRABALHOS A
MAIS. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.**

260 - Presente despacho n.º 64/2014, de 13 de março, com o seguinte teor integral:

Presente informação com referência CS/10/2014, de 12 de março corrente, na qual se fundamenta e propõe a aprovação de trabalhos a mais e de trabalhos de suprimento de erros do projeto, no âmbito do contrato de empreitada de “Construção da ciclovia e beneficiação da Estrada Atlântica”, no valor, respetivamente, de 6.744,59 euros e de 5.750,00 euros.

Considerando que os trabalhos identificados se enquadram nos requisitos estabelecidos no artigo 370.º, n.º 1 (trabalhos a mais) e no artigo 376.º (trabalhos de suprimento), ambos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que os trabalhos em apreço condicionam a execução dos trabalhos contratuais, pelo que é urgente avançar com a sua aprovação de forma a garantir o financiamento aprovada para esta obra.

Assim, em conformidade com a informação técnica CS/10/2014, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, no âmbito do contrato de empreitada de “Construção da ciclovia e beneficiação da Estrada Atlântica”, aprovo:

- a) Trabalhos de suprimento de erros do projeto respeitantes à execução de desmatção e decapagem, no valor de 5.750,00 euros (cinco mil setecentos e cinquenta euros), a que acresce IVA à taxa legal, de acordo com os artigos 376.º, n.º 1 e 377.º, do Código dos Contratos Públicos;*
- b) Trabalhos a mais respeitantes à execução de coletor pluvial e à aplicação de geotêxtil na zona de alargamento, no valor de 6.744,59 euros (seis mil, setecentos e quatro e quatro euros e cinquenta e nove centimos), a que acresce IVA à taxa legal, de acordo com os artigos 370.º, n.º 1 e 373.º, do Código dos Contratos Públicos;*
- c) O prazo de 15 dias para a execução dos trabalhos referidos nas alíneas anteriores e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial pelo mesmo período de tempo.*

O presente despacho deve ser objeto de ratificação pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho n.º 64/2014, de 13 de março.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

261 - O Clube de Atletismo da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização da 26ª Milha de Cristal;
- Autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização da 26ª Milha de Cristal.

A Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização do baile de aniversário, no dia 22 de março de 2014;

O Clube Automóvel da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização do 14º encontro de clássicos e desportivos da CAMG;

A Fábrica da Igreja Paroquial de Pataias-Capela da Moita, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização da festa em honra de S.Silvestre, nos dias 30 e 31 de maio de 2014 e 1 e 2 de junho de 2014;
- Autorização prévia para o lançamento de fogo de artifício;

A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela do Pilado, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído, para realização da festa em honra de Nossa Senhora da Conceição, nos dias 3 e 4 de maio de 2014;
- Autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização da festa em honra de Nossa Senhora da Conceição, nos dias 3 e 4 de maio de 2014;
- Autorização prévia para o lançamento de fogo de artifício;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado

Presentes informações nºs 7/AF, 8/AF, 9/AF, 10/AF e 11/AF de 10 de março de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal **delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Clube de Atletismo da Marinha Grande, a Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, o Clube Automóvel da Marinha Grande, a Fábrica da Igreja Paroquial de Pataias-Capela da Moita e a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande-Capela do Pilado, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças de ruído, das autorizações para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, das autorizações prévias para o lançamento de fogo de artifício e da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.

262 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);

- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de fevereiro de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de fevereiro de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

24 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "IDENTIFICAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DE ESPÉCIES DA FAUNA E FLORA, COM INTERESSE PARA A BIODIVERSIDADE, E PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS CIENTÍFICOS E DE IMAGEM, NA ÁREA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PERCURSO PEDONAL, NA PRAIA DA VIEIRA".

263 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de

2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 14310/2014 e informação I.A.04/2014, ambas da DOT – Divisão de Ordenamento do Território, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de ***“Identificação e caracterização de espécies da fauna e flora, com interesse para a biodiversidade, e produção de conteúdos científicos e de imagem, na área de implementação do percurso pedonal, na Praia da Vieira”***, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de identificação e caracterização de espécies da fauna e flora, no âmbito de candidatura apresentada pelo Município da Marinha Grande ao Mais Centro, relativa à ***“Requalificação ambiental do estuário do Lis – Praia da Vieira”***, cuja despesa elegível será objeto de uma taxa de comparticipação de 85% e cujas tarefas a executar serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e que não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções objeto do contrato, considerando que a Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DOT propõe o convite à Universidade de Aveiro e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação da prestação de serviços de ***“Identificação e caracterização de espécies da fauna e flora, com interesse para a biodiversidade, e produção de conteúdos científicos e de imagem, na área de implementação do percurso pedonal, na Praia da Vieira”***, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2011/A/75.

Considerando que o preço base a aplicar é de 9.828,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, por não existir

contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2013, não havendo, por este facto, termo de comparação, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a prestação de serviços de *“Identificação e caracterização de espécies da fauna e flora, com interesse para a biodiversidade, e produção de conteúdos científicos e de imagem, na área de implementação do percurso pedonal, na Praia da Vieira”*, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Identificação e caracterização de espécies da fauna e flora, com interesse para a biodiversidade, e produção de conteúdos científicos e de imagem, na área de implementação do percurso pedonal, na Praia da Vieira”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SOFTWARE GEOMÉDIA”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE MAIO DE 2014.

264 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;

b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;

- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 14311/2014 e informações SS.03.2014 e SIG/01/2014, todas da DOT – Divisão de Ordenamento do Território, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de **“Assistência técnica ao software Geomédia”**, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de maio de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de assistência técnica ao software Geomédia, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e que não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções objeto do contrato, considerando que a Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DOT propõe o convite à empresa INTERGRAPH (PORTUGAL) - SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA, S.A. e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa para contratação da prestação de serviços de **“Assistência técnica ao software Geomédia”**, na classificação orgânica/económica 05/020219, ação do PAM 2014/A/82, e que foi emitida a proposta de cabimento pelos serviços de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 8.283,15 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória preceituada no n.º 1 e n.º 9 do art.º 73º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 33 ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, atento contrato vigente em 2013 e 2012, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para prestação de serviços de *“Assistência técnica ao software Geomédia”*, por os pagamentos inerentes ao mesmo serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Assistência técnica ao software Geomédia”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de maio de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEITURA DE CONTADORES”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE MAIO DE 2014.

265 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Presente a requisição interna n.º 13069/2014 e informação I/378/2014, ambas da DAM – Divisão de Administração e Modernização nas quais se manifesta a necessidade de contratação da **“Prestação de serviços de leitura de contadores”**, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de maio de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de leitura de contadores, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e que não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções objeto do contrato, nos termos de informação da DAM em anexo.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 207.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro de 2013 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, serão apresentados pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa, nos anos de 2014 e 2015, da contratação da **“Prestação de serviços de leitura de contadores”**, na classificação orgânica/económica 03/020225, ação do PAM 2014/A/181, na sequência da aprovação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2014, na sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 12.660,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2013, não havendo, por este facto, termo de comparação, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de leitura de contadores”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de maio de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”, PARA O PERÍODO DE 18 MESES

266 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a

Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 13341/2014 e informação SS.18.2014, ambas da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de

contratação da ***“Prestação de serviços de limpeza urbana no concelho da Marinha Grande”***, para o período de 18 meses, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de limpeza urbana, limpeza dos areais, limpeza de bermas e valetas e outros nos termos preceituados no Caderno de Encargos, cujas tarefas a executar serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e que não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções objeto do contrato.

Considerando que a Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro, que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, entra em vigor 30 dias após a sua publicação, pelo que não se aplica na presente data aos serviços a contratar.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 207.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro de 2013 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação da ***“Prestação de serviços de limpeza urbana no concelho da Marinha Grande”***, tendo sido emitido o cabimento pela área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 185.326,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória preceituada no n.º 1 do art.º 73º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 33 ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se

verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da “*Prestação de serviços de limpeza urbana no concelho da Marinha Grande*”, para o período de 18 meses.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – 3.ª REVISÃO DE PREÇOS

267 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 02 de setembro de 2010 foi adjudicada a “*Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a prestação de serviços de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no Concelho da Marinha Grande*”, com a duração de 5 anos, à empresa ECOAMBIENTE-CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A./PRAGOSA AMBIENTE, SA pelo valor total de 2.368.290 euros (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa euros), acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que atento o preceituado no artigo 13.º do caderno de encargos e na cláusula 6.ª do contrato, este está sujeito a revisão de preços anual, a partir do segundo ano de vigência do contrato, indexada ao índice de preços do consumidor verificado no período anual antecedente disponível.

Considerando que, na data da 2.ª revisão de preços, em março de 2013, e na sequência da divergência de entendimento entre a empresa e a autarquia de qual o índice de preços do consumidor a aplicar a este contrato foi requerido parecer jurídico.

Na sequência do despacho do Sr. Presidente foi elaborada informação pela Divisão Jurídica e de Comunicação, datada de 15 de abril de 2013, da qual se pode extrair a seguinte informação:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

“...Parece, assim, evidente que o índice de preços no consumidor a ter em conta não corresponde ao ocorrido em dezembro de cada ano, mas sim ao mesmo indicador, num período de 12 meses, disponível à data em que a revisão de preços é susceptível de produzir os seus efeitos...”

“...Nestes termos, não parece de aceitar a interpretação do cocontratante que assenta na aplicação do indicador previsto contratualmente em função do ano civil anterior. Pelo contrário, o indicador a ter em conta é o que estiver disponível na data em que a revisão deva ocorrer, abrangendo o período de tempo contado desde a data de aniversário do contrato...”

“...O índice de preços no consumidor a ter em conta deve respeitar o índice geral, nos exatos termos da sua disponibilização, sem desconsiderar componentes que não foram contratualmente excluídas. Para este efeito deve ter-se como referência a informação mensalmente disponibilizada pelo INE.

“...O período anual antecedente disponível, medeia entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2013 (tendo como referência a data da deliberação camarária de 21/03/2013), pelo que a actualização do preço unitário se cifra em 2,2% (IPC, em fevereiro de 2013).”

Considerando que em reunião camarária de 11 de junho de 2013 foi deliberado aprovar a 2ª revisão de preços do contrato relativa à *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a prestação de serviços de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no Concelho da Marinha Grande”*, de acordo com o índice de preços do consumidor de 2,2%, passando o preço unitário por tonelada de 27,58€ para 28,19€.

Considerando o exposto e atendendo a que o IPC que se verifica em fevereiro de 2014, publicado pelo INE a 12 de março de 2014 é de -0,1%, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea b), n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, nos termos do art.º 33, nº 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) e da cláusula 6.ª do contrato celebrado, aprovar a revisão de preços do contrato relativa à *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no concelho da Marinha Grande”*, de acordo com o índice de preços do consumidor de -0,1%, devendo a mesma produzir efeitos a partir do dia 28 de março de 2014, passando o preço unitário por tonelada de 28,19€ para 28,16 €, que corresponde um decréscimo de 0,03€ por tonelada, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - FUNDO FINÍCIA – PARECER DA CÂMARA SOBRE O PROJETO DE INVESTIMENTO APRESENTADO PELA ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA

268 - Tendo sido entregue uma candidatura ao Fundo Finícia referente a projeto de restauração e bebidas, deve a Câmara emitir parecer sobre a mesma, nos termos do art. 3º do Anexo II relativo ao Procedimentos de Trabalho e articulação entre os Parceiros do Protocolo Financeiro e de Cooperação do Fundo Finícia, celebrado entre a Município de Marinha Grande, IAPMEI, I.P., Banco Santander Totta, S.A., Open - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio e a Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A..

Para esse efeito anexa-se cópia do respetivo Formulário de Candidatura. (Anexo a)

Este projeto já mereceu os pareceres favoráveis do IAPMEI, OPEN, GARVAL e Banco Santander Totta (Anexo b).

A – PROJETO

O projeto visa o apoio a uma empresa que irá desenvolver a sua atividade no âmbito da restauração e bebidas, tendo as suas instalações na Praça Guilherme Stephens, n.º 4 2430-522 Marinha Grande.

Com este projeto, a empresa Pinus Pinaster, Lda, pretende criar um espaço de restauração e bebidas contribuindo deste modo para a dinamização do centro tradicional da Marinha Grande, servindo de apoio a algumas das infraestruturas localizadas ao seu redor, como por exemplo, o Museu do Vidro, a Casa da Cultura, a Câmara Municipal, a EPAMG, o Edifício da Resinagem, as entidades bancárias, entre outros. Prevê-se ainda que este espaço seja utilizado para a realização de alguns eventos de caráter cultural, tais como lançamentos de livros, apresentação de artesanato, exposições fotográficas temporárias, entre outros.

A cafetaria terá como objeto a comercialização de produtos de cafetaria e de refeições rápidas durante o período diário e de consumo de bebidas quentes, espirituosas e cocktails durante o período noturno, tornando-se num espaço de apoio à Casa da Cultura aquando das exibições cinematográficas ou outro tipo de espetáculos.

Com este projeto, a entidade propõe criar três postos de trabalho, com a categoria de gerente e de empregados de mesa.

B – PROMOTORES

A empresa tem dois sócios com idades compreendidas entre os 24 e 25 anos. O sócio Frederico Costa possui uma licenciatura em Gestão de Empresas, ramo de Marketing e experiência como consultor, marketeer, operador logístico e no ramo da restauração e bebidas. O sócio João Granja, técnico de ambulância de emergência, conta com experiência na área de atendimento ao público e na área de restauração e bebidas.

C – INVESTIMENTO

O investimento global é de 12.249,37 € (IVA incluído), sendo que 10.393,70 € (IVA incluído) se refere à aquisição de equipamento básico para montagem da cafetaria, 1.205,27 € (IVA) refere-se à aquisição de equipamento informático e 650,41 € (IVA incluído) refere-se à aquisição do kit securitas.

D – FINANCIAMENTO

O Promotor solicita um financiamento ao Fundo Finícia de 10.411,96 €, sendo o restante assegurado por Capitais Próprios (1.837,41 € - o que corresponde a 15% do investimento).

Considerando que com o projeto proposto se pretende criar três postos de trabalho e o investimento é realizado em estabelecimento comercial localizado no Centro Tradicional da Marinha Grande, é da responsabilidade do Município conceder um subsídio a fundo perdido, de acordo com o n.º 1 do artigo 8º do Protocolo Financeiro e de Cooperação do Fundo Finícia, correspondente a 20 % do valor de financiamento solicitado (2.082,39 €).

D – PARECER

De acordo com o Protocolo, Anexo II – Procedimentos de Trabalho e articulação entre os Parceiros, art. 3º (anexo c), o parecer da Câmara consiste na verificação do enquadramento e das condições de acesso e de elegibilidade constantes dos seguintes pontos das Normas e Condições de Acesso:

Art.º 2 - Âmbito de aplicação:

1) O Fundo aplica-se à área geográfica do Concelho da Marinha Grande e a projetos nos setores da indústria, comércio, turismo, construção ou serviços.

Art.º 5 - Condições de Acesso das Empresas

3) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da atividade, nomeadamente ter a situação regularizada em matéria de licenciamento.

7) Terem ou criarem com o projeto estabelecimento estável no concelho de Marinha Grande

Art.º 6 - Condições de Elegibilidade dos Projetos

2) Efetuarem o investimento objeto de financiamento pelo Fundo no concelho de Marinha Grande;

4) No caso de serem previstas obras de remodelação e/ou adaptação, apresentarem com o pedido de apoio o licenciamento das mesmas ou certidão de isenção do licenciamento, emitido pelo Município;

5) Apresentarem características inovadoras ou de certa forma diferenciadoras face às empresas instaladas no concelho ou na região.

Assim, a Câmara Municipal da Marinha Grande considera:

Art.º 2º - Âmbito de aplicação:

1) O Projeto cumpre o disposto neste artigo, já que se trata de uma empresa com sede no Concelho da Marinha Grande e se enquadra no setor do comércio.

Art.º 5º - Condições de Acesso das Empresas

2) A entidade cumpriu com as condições legais necessárias ao exercício da atividade com o início de atividade a 30 de agosto de 2013 e na presente data encontra-se com a situação regularizada em matéria de licenciamento (licença de utilização n.º 102/13).

7) Confirma-se a abertura de estabelecimento estável no Concelho da Marinha Grande, concretamente na Praça Guilherme Stephens, n.º 4 2430-522 Marinha Grande.

Art.º 6º - Condições de Elegibilidade dos Projetos

2) O investimento é realizado no concelho da Marinha Grande

4) Não estão previstas obras de remodelação/adaptação no estabelecimento (apenas a dotação do mesmo com o equipamento necessário).

5) Trata-se de um projeto com características diferenciadoras e de interesse para o Concelho, uma vez que consiste num projeto que tem como objetivo a dinamização do centro tradicional da Marinha Grande pois poderá tornar-se num espaço de apoio à Casa da Cultura aquando das suas exposições cinematográficas ou outras, bem como de apoio a outras infraestruturas localizados no seu redor.

Nestes termos, a Câmara Municipal da Marinha Grande, ao abrigo da competência conferida pelo art.º 3 do Anexo II (Procedimentos de Trabalho e articulação entre os Parceiros) do Protocolo Financeiro e de Cooperação do Fundo Finícia, delibera emitir PARECER FAVORÁVEL à aprovação do projeto apresentado pela entidade Pinus Pinaster, Lda, devendo este parecer ser comunicado aos restantes Parceiros do Fundo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR EM MAIO DO CORRENTE ANO.

269 - Presente informação n.º 364/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 5 de março, referente à necessidade de atualização anual do valor da renda da habitação social, sita na Rua Professor Melo Vieira, Bloco 1 3.º Esquerdo, Casal de Malta.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

Considerando que, se mantêm inalterados os rendimentos das famílias em causa,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, sendo os valores de renda a aplicar, a partir de maio do corrente ano, os constantes do quadro seguinte:

Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
1	Virgílio Gil João	2.º Dto	29/04/2013	107,20€	107,20€
1	Zélia Maria Pereira Oliveira	3.º Esq.º	22/03/2012	4,85€	4,85€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES À PRACETA DA LIBERDADE E BAIRRO DO CAMARNAL, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE MAIO DE 2014

270 - Presente informação nº 419 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - DCD - datada de 14/03/2014, referente à atualização anual das rendas de habitação social da Praceta da Liberdade e Bairro do Camarnal.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, as rendas atualizam-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social constantes nos seguintes quadros:

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2013	RENTA 2014
3	Catarina Solange Soares	R/C Dto.	30/12/2009	4,85€	4,85€

Bairro do Camarnal

MORADOR	CASA	CONTRATO	RENTA 2013	RENTA 2014
José Manuel Marques dos Santos	26	06/12/2006	20,85€	21,27€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor no dia 01 de maio de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO N.º 3 SITA NO BAIRRO DE CASAL DE ANJA, A FAVOR DE TELMO MANUEL DAVID PEREIRA, POR MORTE DA PRIMITIVA ARRENDATÁRIA DA FRAÇÃO: MARIA CELESTE DAVID FEIJÃO

271 - Presente informação n.º 358 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 5 de março do corrente ano, referente à situação socioeconómica do munícipe mencionado em epígrafe.

Presente requerimento de Telmo Manuel David Pereira, datado de 19 de dezembro do ano transato, com o registo de entrada n.º 9993, a solicitar a transmissão do direito de arrendamento, por morte da primitiva arrendatária do fogo;

Considerando que, Maria Celeste David Feijão, era arrendatária do Município da Marinha Grande;

Considerando que, Telmo Manuel David Pereira, seu neto, com ela residiu em comunhão de mesa e habitação;

Considerando que, a titular do contrato de arrendamento faleceu a 24 de junho de 2010, conforme documento comprovativo apresentado;

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista nas alíneas prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome de Telmo Manuel David Pereira, contribuinte fiscal número 226 441 849.

Delibera ainda que, a renda a aplicar nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, no valor de 38,80€ entre em vigor a partir do próximo mês de abril do corrente ano, sendo a partir de então os recibos de renda mensal emitidos em nome de Telmo Manuel David Pereira.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CIMRL, O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POVT – AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA COMBATE A INCÊNDIOS EM ESPAÇOS NATURAIS

272 - Considerando que em março de 2013 foi publicado convite para apresentação de candidaturas tendo em vista a aquisição de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais no âmbito da tipologia de intervenção “Prevenção e Gestão de Riscos” do Eixo Prioritário II – Sistemas Ambientais, incluindo Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos, do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), regendo-se pelo Regulamento Específico “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Materiais”, conforme anexo I.

Considerando que as ações apoiadas no âmbito da candidatura são financiadas a uma taxa de 85%, no que respeita ao investimento considerado elegível, sendo o montante restante financiado por contrapartida nacional.

Considerando que em 2013 foi apresentada uma candidatura pela então Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, atendendo que as Comunidades Intermunicipais eram as entidades beneficiárias nos termos do convite referido no parágrafo anterior.

Considerando que para garantir os termos de execução e acompanhamento da candidatura deve ser celebrado um protocolo entre Comunidade Intermunicipal de Região de Leiria, o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Município da Marinha Grande e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, nos termos propostos em anexo, com o qual se visa determinar a alocação dos bens a adquirir e a definição da comparticipação do Município da Marinha Grande no âmbito da candidatura.

Considerando que nos termos do disposto na cláusula terceira do referido protocolo é determinado o montante da comparticipação previsto efetuar pela Câmara Municipal da Marinha Grande à CIMRL, entidade que será a dona e legítima proprietária dos bens a adquirir, com o n.º de contribuinte 508035546, pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e de âmbito territorial.

Considerando que nos termos do preceituado no Decreto-lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro, as transferências de capital consubstanciam as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador.

Considerando que nos termos do disposto na alínea u), n.º 1, do art.º 33, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a atividades de interesse para o município.

A Câmara Municipal delibera aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Comunidade Intermunicipal de Região de Leiria e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, no âmbito da candidatura ao POVT, nos termos da alínea u), n.º 1, do art.º 33, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, tendo sido emitido o cabimento n.º 749/2014 e o compromisso n.º 758/2014, cujo prazo de vigência do protocolo se encontra regulado na cláusula 8 do mesmo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CIMRL, O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POVT – AQUISIÇÃO DE EPI’S PARA COMBATE A INCÊNDIOS EM ESPAÇOS NATURAIS

273 - Considerando que em março de 2013 foi publicado convite para apresentação de candidaturas tendo em vista a aquisição de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais no âmbito da tipologia de intervenção “Prevenção e Gestão de Riscos” do Eixo Prioritário II – Sistemas Ambientais, incluindo Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos, do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), regendo-se pelo Regulamento Específico “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Materiais”, conforme anexo I.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Considerando que as ações apoiadas no âmbito da candidatura são financiadas a uma taxa de 85%, no que respeita ao investimento considerado elegível, sendo o montante restante financiado por contrapartida nacional.

Considerando que em 2013 foi apresentada uma candidatura pela então Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, atendendo que as Comunidades Intermunicipais eram as entidades beneficiárias nos termos do convite referido no parágrafo anterior.

Considerando que para garantir os termos de execução e acompanhamento da candidatura deve ser celebrado um protocolo entre Comunidade Intermunicipal de Região de Leiria, o Município da Marinha Grande e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, nos termos propostos em anexo, com o qual se visa determinar a alocação dos bens a adquirir e a definição da comparticipação do Município da Marinha Grande no âmbito da candidatura.

Considerando que nos termos do disposto na cláusula terceira do referido protocolo é determinado o montante da comparticipação previsto efetuar pela Câmara Municipal da Marinha Grande à CIMRL, entidade que será a dona e legítima proprietária dos bens a adquirir, com o n.º de contribuinte 508035546, pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e de âmbito territorial.

Considerando que nos termos do preceituado no Decreto-lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro, as transferências de capital consubstanciam as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador.

Considerando que nos termos do disposto na alínea u), n.º 1, do art.º 33, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a atividades de interesse para o município.

A Câmara Municipal delibera aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Comunidade Intermunicipal de Região de Leiria e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, no âmbito da candidatura ao POVT, nos termos da alínea u), n.º 1, do art.º 33, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, tendo sido emitido o cabimento n.º 750/2014 e o compromisso n.º 759/2014, cujo prazo de vigência do protocolo se encontra regulado na cláusula 8 do mesmo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I. P. E O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, NO ÂMBITO DE CANDIDATURA A APRESENTAR AO EIXO II DO POVT - SISTEMAS AMBIENTAIS E DE PREVENÇÃO, GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE RISCOS, NO DOMÍNIO “PROTEÇÃO COSTEIRA”

274 - Considerando o email datado de 17 de março de 2014 da Agência Portuguesa do Ambiente, APA, em anexo, que remete minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. e o Município da Marinha Grande.

Considerando email da mesma entidade datado de 19 de março de 2014 a requer a modificação da minuta remetida anteriormente, em anexo.

Presente informação n.º 17RD/2014 de 26 de fevereiro de 2014, referente à publicação de aviso convite com o código POVT-33-2014-75, para apresentação de candidaturas para “Proteção Costeira”, tendo em conta as tipologias de intervenção previstas no texto do Eixo II do POVT - Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos, no Domínio “Proteção Costeira”, regendo-se pelo Regulamento Específico (RE) “Combate à Erosão e Defesa Costeira”, aprovado pela última deliberação da CMC do POVT de 24 de fevereiro de 2014.

Considerando que é intenção do Município da Marinha Grande proceder à apresentação de candidatura ao programa referido em epígrafe.

Considerando que é condição do convite publicitado a celebração prévia de protocolo entre a Agência Portuguesa do Ambiente e os municípios, tendo em vista a realização das intervenções previstas nas candidaturas a apresentar.

Considerando a urgência na celebração do protocolo, dado que o prazo limite para apresentação de candidaturas termina a 24 de março de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. e o Município da Marinha Grande, conforme documento em anexo (Anexo 3).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezanove de março de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **5.045.122,99 €** (cinco milhões, quarenta e cinco mil, cento e vinte e dois euros e noventa e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

275 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

37. REQ. N. 128/14, DATADO DE 28/01/2014 – PC N.º 26/14, DATADO DE 28/01/2014 - ANTÓNIO ALBERTO FELIZARDO MACEDO
38. REQ. N. 341/14, DATADO DE 10/03/2014 – PC N.º 291/13, DATADO DE 29/08/2013 – MARIA DOMINGUES CARVALHO
39. REQ. N. 355/14, DATADO DE 11/03/2014 – PC N.º 17/97, DATADO DE 07/01/1997 – TAUTI-TÉCNICA INDUSTRIAL DE MOLDES, LDA.
40. REQ. N. 1987/13, DATADO DE 04/12/2013 – PC N.º 471/2013 , DATADO DE 04/12/2013 – ALBERTINA RIBEIRO CRAVEIRO CRUZ
41. REQ. N. 175/14, DATADO DE 03/02/2014 – PC N.º 40/2014, DATADO DE 29/01/2014 – MARIA TERESA CARDOSO LEITÃO PORTELA
42. REQ. N. 214/14, DATADO DE 12/02/2014 – PC N.º 65/2014, DATADO DE 12/02/2014 – HENRIQUE CARVALHO MOTA
43. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE OUTDOORS PARA DIVULGAÇÃO DE DIVERSAS ATIVIDADES A REALIZAR PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE NO ANO DE 2014”*.
44. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE DESDOBRÁVEL AGENDA E REVISTA INFORMATIVA PARA DIVULGAÇÃO DE DIVERSAS ATIVIDADES A REALIZAR PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE NO ANO DE 2014”*
45. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESA.
46. “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA (FASE 1 E FASE 3)”. LISTA DE ERROS E OMISSÕES. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.
47. EMPREITADA DE: CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA – CP N.º 01/2013 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

48. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CAFÉ FONT MARTINS & BARRADAS, LDA – BAMBI

49. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

50. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

37 - REQ. N. 128/14, DATADO DE 28/01/2014 – PC N.º 26/14, DATADO DE 28/01/2014 - ANTÓNIO ALBERTO FELIZARDO MACEDO

276 - Presente pedido com o registo n.º 128/14, datado de 28/01/2014 relativo a **legalização de alterações** efetuadas no estabelecimento de restauração sito na avenida Marginal, n.º 87, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3318. e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3908, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 26/14, com data de entrada de 28/01/2014, apresentado por **António Alberto Felizardo Macedo**, com o NIF 175 832 692, residente na rua Central, n.º 256, lugar de Carreira de Baixo, freguesia de Carreira e concelho de Leiria.

Presente informação técnica, datada de 18/03/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações efetuadas no estabelecimento de restauração sito na avenida Marginal, n.º 87, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3318. e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3908, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 26/14, com data de entrada de 28/01/2014, apresentado por António Alberto Felizardo Macedo, com o NIF 175 832 692, residente na rua Central, n.º 256, lugar de Carreira de Baixo, freguesia de Carreira e concelho de Leiria.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Deverá requerer a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano a contar da notificação da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – A concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

5 – Nos termos do artigo 94.º do RMEUMMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - REQ. N. 341/14, DATADO DE 10/03/2014 – PC N.º 291/13, DATADO DE 29/08/2013 – MARIA DOMINGUES CARVALHO

277 - Presente pedido com o registo n.º 341/14, datado de 10/03/2014, relativo à apresentação dos projetos de especialidade referentes à **alteração de uso de armazém para indústria e legalização de alterações e ampliação de um edifício** existente na rua das Laranjeiras, n.º 2-A, Sítias, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8727 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8985, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 291/13 com data de entrada de 29/08/2013, apresentado por **Maria Domingues Carvalho**, com o NIF 129 984 892, residente na rua das Laranjeiras, n.º 2, Sítias, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 16/09/2013;

Presente informação técnica, datada de 18/03/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro. Presente informação técnica, datada de 18/03/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e

alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alteração de uso de armazém para indústria e legalização de alterações e ampliação de um edifício existente na rua das Laranjeiras, n.º 2-A, Sítias, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8727 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8985, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 291/13 com data de entrada de 29/08/2013, apresentado por Maria Domingues Carvalho, com o NIF 129 984 892, residente na rua das Laranjeiras, n.º 2, Sítias, freguesia e concelho da Marinha Grande

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento, nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal.
- 3 - Deverá solicitar aos serviços de Águas e Saneamento a ligação da rede predial de águas residuais domésticas à rede pública existente na rua das Laranjeiras.
- 4 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 5 - Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - REQ. N. 355/14, DATADO DE 11/03/2014 – PC N.º 17/97, DATADO DE 07/01/1997 – TAUTI-TÉCNICA INDUSTRIAL DE MOLDES, LDA.

278 - Presente pedido com o registo n.º 355/14, datado de 11/03/2014 relativo à apresentação dos projetos de especialidade referentes à **legalização de alterações de um armazém de apoio industrial**, no prédio sito na rua das Cavadinhas, Lameira de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3802 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11293, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 17/97, com data de entrada de 07/01/1997, apresentado por **Tauti-Técnica Industrial de Moldes, Lda.**, com o NIPC 502 341 700, com sede em Cavadinhas – Tojeira de Picassinós,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 14/08/2013;

Presente informação técnica, datada de 17/03/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 18/03/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações de um armazém de apoio industrial, no prédio sito na rua das Cavadinhas, Lameira de Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3802 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11293, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 17/97, com data de entrada de 07/01/1997, apresentado por Tauti-Técnica Industrial de Moldes, Lda., com o NIPC 502 341 700, com sede em Cavadinhas – Tojeira de Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento, nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - REQ. N. 1987/13, DATADO DE 04/12/2013 – PC N.º 471/2013 , DATADO DE 04/12/2013 – ALBERTINA RIBEIRO CRAVEIRO CRUZ

279 - Presente requerimento apresentado por ALBERTINA RIBEIRO CRAVEIRO CRUZ, com o NIF 122814851, residente em Rua das Vergieiras, n.º 25, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria ao imóvel do qual é arrendatária, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade do mesmo.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 20/02/2014, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possa, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 14/03/2014, referente à vistoria realizada em 06/03/2014, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo, a Câmara delibera determinar a execução das obras de reparação necessárias a sanar as patologias detetadas no edifício sito na Rua das Vergieiras, n.º 25, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em conta a necessidade serem tomadas as medidas adequadas, visando a correção de aspetos estruturais ao nível da cobertura do edifício, a substituição de vão em mau estado e a colocação dos que se encontram em falta, correção de vãos e a limpeza e pintura de todo o conjunto edificado, constantes do teor do Auto de Vistoria datado 14/03/2014, concedendo um prazo de 30 dias úteis para o efeito, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, face às más condições de segurança e de salubridade do edifício, acarretando sérios riscos para a saúde pública e para a segurança das pessoas e bens, de acordo com o verificado pela Comissão de Vistorias e descritas no mencionado Auto, designadamente:

- 1 – Reparação da estrutura de suporte da cobertura do edifício, com substituição/remoção de telhas partidas;**
- 2 – Substituição das caixilharias dos vãos das fachadas que se encontram danificados, bem como pintura de todos os vãos existentes (portas e janelas);**
- 3 – Pintura exterior da habitação por forma a impermeabilizar convenientemente as suas fachadas.**

Delibera, ainda, informar a munícipe que a realização das obras deverá ser precedida da apresentação do competente projeto de licenciamento ou comunicação prévia das obras de alteração, caso se revele necessário no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - REQ. N. 175/14, DATADO DE 03/02/2014 – PC N.º 40/2014, DATADO DE 29/01/2014
– MARIA TERESA CARDOSO LEITÃO PORTELA

280 - Presente requerimento apresentado por MARIA TERESA CARDOSO LEITÃO PORTELA, com o NIF 160297729, residente em Rua da Juventude, n.º 56, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria ao imóvel do qual é arrendatária, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade do mesmo, elencado um conjunto de deficiências que entende existirem.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 20/02/2014, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no artigo 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possa, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 14/03/2014, referente à vistoria realizada em 06/03/2014, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo, a Câmara delibera determinar a execução das obras de reparação necessárias a sanar as patologias detetadas no edifício sito na Rua da Juventude, n.º 56, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em conta a necessidade serem tomadas as medidas adequadas, visando a correção de aspetos estruturais ao nível da cobertura do edifício, a substituição de vão em mau estado e a colocação dos que se encontram em falta, correção de vãos e a limpeza e pintura de todo o conjunto edificado, bem como do logradouro, constantes do teor do Auto de Vistoria datado 14/03/2014, concedendo um prazo de 30 dias úteis para o efeito, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, face às más condições de segurança e de salubridade do edifício, acarretando sérios riscos para a saúde pública e para a segurança das pessoas e bens, de acordo com o verificado pela Comissão de Vistorias e descritas no mencionado Auto, designadamente:

1 – Reparação da estrutura de suporte da cobertura do edifício e substituição/remoção de telhas partidas e que se encontram podres, bem como das chapas de fibrocimento que se encontram em parte da habitação. A remoção de materiais em fibrocimento, deverá ser executada apenas por empresas devidamente licenciadas e autorizadas a desenvolver aquelas atividades, com encaminhamento dos resíduos para destino final adequado, obedecendo a todas as regras de segurança, designadamente as previstas no Decreto-lei n.º 266/2007, de 24/06 e Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17/06;

2 – Demolição integral de anexo que se encontra no logradouro, a tardoz da habitação, por se encontrar em risco eminente de ruína;

3 – Demolição integral dos restantes anexos que se encontram no logradouro, laterais à habitação, por não disporem de condições de utilização;

- 4 – Limpeza do combustível florestal acumulado no logradouro, por facilitar a eventual propagação de incêndio à habitação;
- 5 – Substituição da rede de energia elétrica, por se encontrar em mau estado de conservação devido às infiltrações de água ocorridas no edifício;
- 6 - Pintura de interior e exterior da habitação, removendo e substituindo previamente parte do reboco e estuque de paredes e tetos que se encontrem apodrecidos.

Delibera, ainda, informar a munícipe que a realização das obras deverá ser precedida da apresentação do competente projeto de licenciamento ou comunicação prévia das obras de alteração, caso se revele necessário no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - REQ. N. 214/14, DATADO DE 12/02/2014 – PC N.º 65/2014, DATADO DE 12/02/2014
– HENRIQUE CARVALHO MOTA

281 - Presente requerimento apresentado por HENRIQUE CARVALHO MOTA, com o NIF 119201178, residente em Rua das Fontainhas, n.º 21-A, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria ao logradouro da fração “B” do edifício sito em Rua das Fontainhas, n.º 21-A, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, do qual é proprietário, face à alegada existência de escorrências provenientes da habitação confinante, que conduzem a seu ver à existência de riscos de segurança e salubridade.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 20/02/2014, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no artigo 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possa, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 13/03/2014, referente à vistoria realizada em 06/03/2014, a enquadrar o estado em que se encontra o referido logradouro do imóvel e o sistema de drenagem de águas pluviais.

Após análise do processo, a Câmara delibera notificar o requerente que, atendendo a que sistema de drenagem de águas pluviais encontra-se executado de acordo como o processo de licenciamento do edificado, com o número 804/05, em nome de HELENA SILVA FERREIRA PICKHAROT, cabe aos proprietários de ambas as frações existentes a resolução do encaminhamento das respetivas águas pluviais geradas em cada uma das frações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**43 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO
º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE IMPRESSÃO DE OUTDOORS PARA DIVULGAÇÃO DE DIVERSAS ATIVIDADES A
REALIZAR PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE NO ANO DE 2014”.**

282 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao

art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 13028/2014 da DJC - Divisão Jurídica e de Comunicação, na qual se manifesta a necessidade de contratação da *“Prestação de serviços de impressão de outdoors para divulgação de diversas atividades a realizar pelo Município da Marinha Grande no ano de 2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de impressão, cujas tarefas a executar serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e que não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções objeto do contrato.

Considerando que a Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro, que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, entra em vigor 30 dias após a sua publicação, pelo que não se aplica na presente data aos serviços a contratar.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 207.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro de 2013 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais e orçamento de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação da *“Prestação de serviços de impressão de outdoors para divulgação de diversas atividades a realizar pelo Município da Marinha Grande no ano de 2014”*, tendo sido emitido o cabimento n.º 782/2014, pela área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 8.131,20€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 12% preceituada no n.º1 do art.º 73º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º33 ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Prestação de serviços de impressão de outdoors para divulgação de diversas atividades a realizar pelo Município da Marinha Grande no ano de 2014”*, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de impressão de outdoors para divulgação de diversas atividades a realizar pelo Município da Marinha Grande no ano de 2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**44 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO
º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE IMPRESSÃO
DE DESDOBRÁVEL AGENDA E REVISTA INFORMATIVA PARA DIVULGAÇÃO DE DIVERSAS
ATIVIDADES A REALIZAR PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE NO ANO DE 2014”**

283 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao

art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 e art.º 33, ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 13025/2014 da DJC - Divisão Jurídica e de Comunicação, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de “ *Serviços de impressão de desdobrável agenda e revista Informativa para divulgação de diversas atividades a realizar pelo Município da Marinha Grande no ano de 2014*”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de impressão, cujas tarefas a executar serão exercidas com autonomia e sem caráter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e que não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções objeto do contrato.

Considerando que a Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro, que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, entra em

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

vigor 30 dias após a sua publicação, pelo que não se aplica na presente data aos serviços a contratar.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 207.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro de 2013 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº 1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação de “*Serviços de impressão de desdobrável agenda e revista Informativa para divulgação de diversas atividades a realizar pelo Município da Marinha Grande no ano de 2014*”, na classificação orgânica/económica 04/020217, ação do PAM 2014/A/133.

Considerando que o preço base a aplicar é de 8.089,00 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória preceituada no n.º 1 e n.º 9 do art.º 73º conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 33 ambos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, atento contrato vigente em 2013 e 2012, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar com a contratação de “*Serviços de impressão de desdobrável agenda e revista Informativa para divulgação de diversas atividades a realizar pelo Município da Marinha Grande no ano de 2014*”, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de “*Serviços de impressão de desdobrável agenda e revista Informativa para divulgação de diversas atividades a realizar pelo Município da Marinha Grande no ano de 2014*”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESA.

284 - Considerando que:

- a) Se devem desburocratizar os procedimentos de forma a que a atividade administrativa municipal flua de forma mais célere e sem necessidade de repetidas ratificações de despachos;
- b) O rápido andamento dos procedimentos permitirá concretizar num mais curto espaço de tempo as obras e outras ações municipais, em benefício dos munícipes;
- c) A urgência no andamento dos procedimentos não se compadece com o caráter quinzenal das reuniões desta Câmara Municipal;
- d) Se revela da maior urgência avançar com o procedimento para a adjudicação das obras de reforço da estrutura de proteção costeira e dos acessos às praias, para garantir a sua conclusão antes do início da época balnear;
- e) Em qualquer caso, o início do procedimento de contratação e a adjudicação dependem da existência de verba em rubrica orçamental própria;

Atendendo a que, nos termos do artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é possível elevar a competência para autorizar a realização de despesa pelo Presidente da Câmara até ao montante de 748.196,85 euros.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com os artigos 34.º, n.º 1 e 33.º, n.º 1, alínea f), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delibera delegar no seu Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, a competência para autorizar a realização de despesa até ao montante de trezentos e cinquenta mil euros.

Mais delibera que devem ser remetidas para conhecimento desta Câmara Municipal todas as decisões de adjudicação tomadas ao abrigo da presente delegação.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

46 - "REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA (FASE 1 E FASE 3)". LISTA DE ERROS E OMISSÕES. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

285 - Presente despacho n.º 71/2014, de 19 de março, com o seguinte teor integral:

No âmbito do concurso público n.º 02/2014, que tem por objeto a "Requalificação da rua da panificadora (fase 1 e fase 3)", foram apresentadas, por diversos interessados, listas de erros e omissões, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 61.º, do Código dos Contratos Públicos.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

As listas de erros e omissões foram apreciadas, tendo sobre estas recaído informação da DOT, na qual se conclui pela elaboração de novo mapa de quantidades sem alteração do preço base, ao abrigo do n.º 5, do art.º 61, do CCP.

Por efeito da apresentação das referidas listas o prazo para apresentação das propostas encontra-se suspenso, de acordo com o artigo 61.º, n.º 3, do CCP. Nesta conformidade, deve prorrogar-se prazo em quatro dias, passando a terminar às 23:00 horas do dia 23 de março de 2014.

Assim, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e dos artigos 36.º, n.º 1 e 61.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovo o novo mapa de quantidades da empreitada relativa à “Requalificação da Rua da Panificadora (Fase 1 e Fase 3), resultante da aceitação de erros e omissões do projeto e consequentemente determino a prorrogação do prazo em 4 dias, pelo que a entrega das propostas deve ocorrer até às 23.00 horas, do dia 23 de março de 2014.

O presente despacho deve ser objeto de ratificação pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho n.º 71/2014, de 19 de março.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

47 – EMPREITADA DE: CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA – CP N.º 01/2013 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO

286 - Presente despacho n.º 72/2014, de 19 de março, com o seguinte teor integral:

Através de deliberações camarárias, nove de janeiro de dois mil e catorze e vinte de fevereiro de dois mil e catorze, foram aprovados trabalhos de suprimento de erros e omissões no âmbito da empreitada de “Construção da ciclovia e beneficiação da estrada Atlântica”.

O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

Em 18 de março corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Nestes termos, aprovo a minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos e com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O presente despacho deve ser objeto de ratificação pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho n.º 72/2014, de 19 de março.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CAFÉ FONT MARTINS & BARRADAS, LDA – BAMBI

287 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 2250/2014 de 18 de março de 2014, a solicitar o alargamento do horário de funcionamento do café Font Martins & Barradas, Lda – Bambi até às 5:00h no dia 23 de março de 2014, para a reabertura do estabelecimento.

O nº 1 do artigo 13.º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande prevê a faculdade da Câmara Municipal alargar o horário de funcionamento condicionada à auscultação dos sindicatos, da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, das associações patronais, associações de consumidores e das Juntas de Freguesia e, cumulativamente, à observância dos seguintes requisitos:

- Justificar-se por interesses ligados ao turismo ou outros devidamente fundamentados;
- Não constituir motivo perturbador da segurança, tranquilidade e repouso dos munícipes, devendo em todos os casos respeitar a legislação em vigor em matéria de ruído;
- Respeitar as características sócio culturais e ambientais da área em causa, bem como as condições de circulação e estacionamento.

De acordo com o nº1 do artigo 13.º do regulamento, foram solicitados os pareceres ao sindicato, à Guarda Nacional Republicana-Posto Territorial de São Pedro de Moel, às associações patronais, e de consumidores e à Junta de Freguesia da Marinha Grande.

A Câmara Municipal delibera autorizar, ao abrigo do nº1 do artigo 13.º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande, o alargamento do horário de funcionamento do café Font Martins & Barradas, Lda – Bambi, até às 5:00 horas do dia 23 de março de 2014 para a reabertura do estabelecimento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

A presente autorização fica condicionada aos pareceres favoráveis do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, Guarda Nacional Republicana-Posto Territorial de São Pedro de Moel, da DECO-Associação da Defesa do Consumidor, da ACIMG-Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande e da Junta de Freguesia da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

288 - O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença para a colocação de publicidade alusiva a evento de carácter cultural e recreativo;

Presente informação nº 12/AF de 19 de março de 2014, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sport Império Marinhense, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

50 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE.

289 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 409/14 de 19-03-2014, apresentado pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, com o NIPC 501137106, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a isenção do pagamento das taxas devidas pelo fornecimento de cópias,

plantas e demais serviços prestados no âmbito do licenciamento da operação urbanística respeitante à remodelação e ampliação das camaratas masculinas do Corpo de Bombeiros Voluntários.

A Câmara Municipal apreciou o referido pedido e considerando que:

- O Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande prevê, na alínea a) do n.º 2 do seu artigo 119.º, que pode haver lugar à isenção do pagamento das taxas, por deliberação fundamentada, no caso das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, desde que legalmente constituídas, relativamente a pretensões que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários;
- A requerente solicitou a isenção do pagamento de taxas pelo fornecimento de cópias, plantas e demais serviços prestados no âmbito do licenciamento da operação urbanística respeitante à remodelação e ampliação das camaratas masculinas do Corpo de Bombeiros Voluntários;
- A requerente é, de acordo com o artigo 1.º dos seus estatutos, uma pessoa coletiva de utilidade pública administrativa;
- De acordo com o artigo 3.º dos referidos estatutos, a interessada tem como escopo principal a proteção de pessoas e bens, detendo e mantendo para o efeito um corpo de bombeiros voluntários;
- A operação urbanística em causa se destina à remodelação e ampliação das camaratas masculinas do Corpo de Bombeiros Voluntários, criando desta forma melhores condições para todos aqueles que prestam serviço a toda a comunidade, nomeadamente através do socorro a doentes, feridos e náufragos e combate a incêndios;
- As obras em apreço contribuem para a prossecução dos fins consignados no referido artigo 3.º;

Delibera, reunidos que estão os pressupostos legais, conceder ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, com o NIPC 501137106, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, freguesia e concelho da Marinha Grande, a isenção do pagamento de todas as taxas previstas naquele regulamento relacionadas com a obra de remodelação e ampliação das camaratas masculinas do respetivo Corpo de Bombeiros Voluntários.

A Câmara Municipal determina, ainda, que os serviços competentes da Divisão de Ordenamento do Território dêem conhecimento, no final do procedimento de licenciamento, do valor total das taxas municipais não cobradas em virtude da presente isenção.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/03/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 07

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

290 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 15:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião